



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES
ESTADO DE PERNAMBUCO
CNPJ. 10.165.165/0001-77

Lei Nº 575/2013.

EMENTA: Implanta o Plano Municipal de Habitação e estabelece a Política de Habitação de Interesse Social, referente ao decênio 2013-2023 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BUENOS AIRES, Estado de Pernambuco, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele **SANCIONA** a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Habitação e estabelece a Política de Habitação de Interesse Social para o Município de Buenos Aires, constante do documento anexo, com duração de dez anos: 2013 a 2023.

Art. 2º - O Município, em articulação com a sociedade civil, acompanhará a implementação do Plano Municipal de Habitação.

§ 1º - O Poder Executivo acompanhará a execução do Plano Municipal de Habitação.

§ 2º - A primeira avaliação realizar-se-á durante o terceiro ano de vigência desta Lei, e as subsequentes a cada três anos, com vista à correção de deficiências e distorções do mesmo.

Art. 3º - Os planos plurianuais e orçamentários anuais do Município serão elaborados e organizados de modo a dar suporte aos objetivos e metas constantes deste Plano Municipal de Habitação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buenos Aires, em 12 de agosto de 2013.


GISLAN DE ALMEIDA ALENCAR
Prefeito do Município de Buenos Aires

**PLANO MUNICIPAL
DE
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**



Prefeitura de Buenos Aires - PE

Conselho Gestor do Fundo de Habitação e Interesse Social de Buenos Aires

**BUENOS AIRES
2013**

2- GESTÃO LOCAL:

Gislan de Almeida Alencar
Prefeito

Ana Carolina Maranhão de Araújo
Vice Prefeito

Maria Lúcia dos Santos
Secretário Municipal de Administração

Gliner de Almeida Alencar
Secretário Municipal de Finanças

Luciano José Araújo de Lima
Secretário Municipal de Habitação e Ação Social

Tereza Cristina de Albuquerque Teobaldo
Secretário Municipal de Saúde

Raquel Cemiramis Rodrigues da Veiga
Secretário Municipal de Urbanismo

Severino Constantino de Oliveira
Secretário Municipal de Estradas e Rodovias

Armando Felipe da Silva
Secretário Municipal de Saneamento e Agricultura

Marilene Rodrigues Pessoa Camara
Secretário de Assuntos Jurídicos

Severina Xavier da Silva
Secretária Municipal de Educação

3- EQUIPE TÉCNICA:

Coordenação Geral

José Emeson Albuquerque Campos

Luciano José Araújo de Lima

Apoio Administrativo

Antonio Barbosa da Silva

Gildo Mariano da Silva

Josinéia Maria dos Santos

Luiza Maria da Silva

Maria Lúcia dos Santos

Técnicos de elaboração:

Advogada: Magaly Tarciana Cadena Cordeiro da Silva

Assistente Social: Sandra Maria das Neves

Engenheiro: Raquel Cemiramis Rodrigues da Veiga

Pedagoga: Márcia Lidiane Alves da Silva Paiva

Equipe Local (Mobilização Social)

Edivaldo Luiz Pereira de Araújo

Maria Lucia de Souza

Maria do Socorro Silva de Souza

Marcelo Alfredo de Oliveira

Rita Braga de Santana

Severino Gomes do Nascimento

4- SUMÁRIO:

1-Capa	01
2- Gestão Local	02
3- Equipe Técnica	03
4- Sumário	04
5- Lista de Siglas	07
6- Introdução	08
7- Princípios e Diretrizes Orientadores	10
7.1- Princípios.....	10
7.1.1- Justiça e Igualdade Social	11
7.1.2- Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Ambiental	11
7.1.3- Moradia Digna	11
7.1.4- Gestão Democrática	11
7.1.5- Gestão Eficiente dos Recursos Públicos	11
7.2- Diretrizes Orientadoras.....	12
7.2.1- Justiça e Igualdade Social	12
7.2.2- Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Ambiental	12
7.2.3- Moradia Digna	12
7.2.4- Gestão Democrática	13
7.2.5- Gestão Eficiente dos Recursos Públicos	13
7.2.5.1- Recursos Humanos	13
7.2.5.2- Organização Administrativa	13
7.2.5.3- Aplicação dos Recursos Financeiros	13
7.2.5.4- Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação	13
8- Proposta Metodológica	14
8.1- Estrutura de Coordenação e Organização dos Trabalhos	16
8.2- Definição das Atribuições e Responsabilidades da Equipe Municipal	17
8.3- Estratégia de Comunicação, Mobilização e Participação	18
8.4- Mecanismos de Participação Popular e de Acesso às Informações	18
8.5 Cronograma de Atividades e Etapas Subsequentes	19
9- Diagnóstico Participativo	20
9.1- Apresentação	20
9.2- História do município	21
9.3- Localização geográfica	22
9.4- Estrutura Política Pública	22
9.5- Estrutura Física Pública	22
9.6- Serviços Públicos existentes	23
9.7- População	25
9.8- Economia	25
9.9- Cultura	25
9.10- Caracterização do Público Alvo	25
9.10.1- Características socioeconômicas dos moradores	25
9.10.2- Composição familiar e perfil etário	26
9.10.3- Trabalho e Renda	27
9.10.4- Escolaridade	27
9.11- Realidade Habitacional	28
9.11.1- Déficit habitacional atual	28
9.11.2- Inadequação Habitacional	29
9.11.3- Distribuição do déficit habitacional por área	31

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - PE

9.11.3.1- Apresentação.....	31
9.11.3.2- Diretrizes de atuação nos Assentamentos Precários	31
9.11.3.3- Necessidades Habitacionais por área	32
9.11.4- Previsão de crescimento futuro	34
9.11.4.1- Cálculo da Demanda Demográfica	34
9.11.4.2- Fontes Utilizadas	34
9.12- Propostas Habitacionais	35
9.12.1- Oferta de unidades habitacionais	35
9.12.2- Disponibilidade de Solo Urbanizado.....	36
9.12.3- Condições de acesso às modalidades de intervenção e financiamento	36
9.12.4- Produção de moradias realizadas pela população	37
9.12.5- Programas municipais já iniciados, executados	37
9.13- Recursos Municipais	37
9.13.1- Condições institucionais e administrativas	38
9.13.2- Fontes potenciais de recursos	38
10- Plano de Ação.....	39
10.1- Diretrizes para Aplicação do PMHIS de Buenos Aires	40
10.2- Fortalecimento da Família	40
10.3- Objetivos, Metas, prioridades, ações e indicadores	40
10.3.1- Priorização das Intervenções por Programa	40
10.3.2- Promoção Pública de Loteamentos Urbanos e Áreas Rurais associadas à oferta de materiais de construção.....	41
10.3.3- Promoção de Novas Unidades Habitacionais Urbanas e Rurais.....	41
10.3.4- Promoção Pública ou por Autogestão de Unidades Habitacionais Rurais.....	42
10.3.5- Linha Programática para Melhoria Habitacional	43
13.3.5.1- Promoção de reformas de habitações rurais e urbanas em grau de depreciação reparável, de baixa qualidade técnica ou inacabadas	43
10.3.6- Linha Programática para Integração de Assentamentos Precários	43
13.3.6.1- Regularização Fundiária	43
13.3.6.2- Eliminação de situações de risco dos Assentamentos Precários.....	44
10.3.7- Infraestrutura e Urbanização	45
13.3.7.1- Promoção de Serviços de Infraestrutura e Urbanização às áreas habitadas	45
10.3.8- Linha Programática de Desenvolvimento Institucional	45
13.3.8.1- Desenvolvimento Institucional do Setor Municipal de Habitação	45
10.3.9- Linha Programática para Assistência Técnica	46
13.3.9.1- Assistência Técnica a Autoconstruções	46
10.4- Recursos Financeiros	47
10.4.1- Provisão e Adequação de Moradias.....	47
10.4.2- Regularização Fundiária	49
10.4.3- Infraestrutura e Urbanização.....	49
10.4.4- Desenvolvimento do Setor Habitacional.....	50
10.4.5- Recursos para financiamento habitacional.....	51
10.4.6- Fontes de Financiamento	51
10.5- Monitoramento, Avaliação e Revisão	52
10.5.1- A Implantação do Sistema de Informação Habitacional	52
10.5.2- A Importância da Implantação do SIH	53

10.5.3- Característica do SIH	54
10.5.4- Classificação do SIH	54
10.5.5- Elegibilidade do SIH	55
11- Considerações Finais	55
12- Anexos	57
12.1- Projeto de Lei que Institui o Plano Municipal de habitação de Interesse Social	
12.2- Lei n. 526 de 2009, que Institui o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e Conselho Gestor Municipal de Habitação de Interesse Social	
12.3- Portaria n. 375 de 2009, que nomeia os membros do CMHIS- Conselho Gestor Municipal de Habitação de Interesse Social	
12.4- Plano Descritivo do Diagnóstico Participativo	
12.5- Formulário de Pesquisa de Campo do Diagnóstico	
12.6- Atas das reuniões:	
12.6.1- Reuniões com Conselho e com equipe e elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social	
12.7- Pautas Propostas	
12.7.1- Pauta das Oficinas	
12.7.2 - Pauta da Audiência Pública	
12.8- Slides apresentados	
12.8.1- Oficinas de Diagnóstico Participativo	
12.8.2- Audiência Pública Buenos Aires	
12.9- Registros fotográficos	
12.9.1- Material de divulgação	
12.9.2- Oficinas do Diagnóstico Participativo	
12.9.3- Audiência Pública	
12.9.4 - Áreas de interesse social para habitação	

5- LISTA DE SIGLAS:

PMHIS- Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
FMHIS- Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
CMH- Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social
PMBA- Prefeitura Municipal de Buenos Aires
PIB- Produto Interno Bruto
UH- Unidade Habitacional
ZR- Zona Rural
ZU- Zona Urbana
SIH- Sistema de Informações Habitacionais
CMDC- Comissão Municipal de Defesa Civil
DMH- Departamento Municipal de Habitação
SMAS- Secretaria Municipal de Assistência Social
SNHIS- Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

6- INTRODUÇÃO:

Através da Secretaria Municipal de Administração, a Prefeitura Municipal de Buenos Aires, apresenta o Plano Municipal de Habitação, que estabelece a Política Pública de Habitação de Interesse Social para a cidade, no período 2013 a 2023, correspondendo a um decênio.

Elaborado no exercício de 2013, desenvolvido por equipe de planejamento que sintetizou informações de diversas fontes oficiais. Durante a elaboração deste foi constituído o Conselho Municipal de Habitação, que em larga e permanente discussão acompanhou o processo de construção, colaborando com os anseios das classes representadas por este. A decisão em definir o prazo de um decênio, podendo este período ser alterado durante as avaliações do presente, nos biênios seguintes, também deixa claro o intuito de permanente construção do Plano, haja feita que este não seja fechado, concluído. Prevemos que de dois em dois anos, o Conselho Municipal de Habitação, os Poderes: Executivo e Legislativo possam atualizá-lo segundo os desejos populares que por ocasião existam. Assim, o Plano estará sempre atual, e atuante, servindo para o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos projetos atuais e futuros da Política Nacional de Habitação.

Este documento tem como base a Constituição Federal, em seu 6.º artigo, onde nos é estabelecido o direito de todo cidadão brasileiro à moradia digna e define os instrumentos jurídicos a serem obedecidos. Estes de grande importância para estruturação de programas de habitação de interesse social, regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários, destinação de imóveis desocupados, equipamentos de utilidade pública, vias de acesso, saneamento, iluminação e segurança locais.

A Lei Federal 11.124-05, que criou o SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que normatiza como exigência mínima para estados e municípios participarem de programas e projetos federais, a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social, bem como a criação do Fundo Municipal de Habitação. Que está sendo instituído junto a este na cidade de Buenos Aires, visto a ausência deste, até a presente oportunidade.

Ao realizarmos as discussões sobre o Plano, conceituamos Habitação de Interesse Social como “aquela que se destina a famílias com renda igual ou inferior a seis salários mínimos, de promoção pública ou a ela vinculada.”

A luz do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, buscamos no municipal caminhar em consonância com as políticas federais e estaduais, buscando tornar passível de utilização e eficácia o presente, visto este apresentar as peculiaridades locais, com explícita intenção de atingir as camadas foco desta discussão. Os estudos e pesquisas realizados para elaboração deste buscaram integral planejamento, objetivo e ação, de forma adequada e legalmente prevista nos marcos legal. Ainda, em vistas ao enfrentamento das dificuldades de moradia e desigualdade social.

Ao estabelecer objetivos e metas para este decênio, o Plano consegue definir desafios para uma população, e ultrapassa gestões administrativas, que terão em seu poder um documento norteador para tomadas de decisões, onde as necessidades populares estão externas e registradas. Quanto às metas estabelecidas apresentam passos importantes para o desenvolvimento do Plano em sua amplitude.

O fundamento deste documento não é ser fim, mas subsidio para aprofundamento nas causas que o suscitaram, principalmente de resgate histórico, correção do déficit social para com as classes menos favorecidas da comunidade. Isto possibilitará que ao longo de sua vigência sejam observadas todas as práticas necessárias para sua execução, e/ou correção quando e se necessário.

Também observadas as Metas do Milênio, estabelecidas pela ONU, vista que o processo aqui iniciado prevê não somente construções de prédios, imóveis, mas e principalmente a construção de novos conceitos de cidadania, o exercício desta em sua plenitude. Nas Metas do Milênio, distribuídas em oito, dentre seus objetivos, o 10 e 11 da Meta 7, estão organizados para compor a política de habitação das cidades, onde estabelece necessidades como saneamento e segurança a todas as pessoas.

O êxodo rural trouxe para a cidade a maior parte da população, razão pela qual é de fundamental importância o planejamento para organização imobiliária, de forma especial a de interesse social. Para esta organização não apenas estamos mencionando a unidade habitacional propriamente dita, mas também todos os equipamentos públicos necessários para que a população tenha de forma digna e planejada seus direitos assegurados. Contando também com a perspectiva local de empregabilidade, gerando e melhorando a renda desta camada mais carente da população. Encaramos a densidade populacional da zona urbana como um dos motivos de maior concentração de pobreza, conseqüentemente de carência dos dispositivos básicos de cidadania como: saúde, educação, segurança e lazer. E se o interesse político local é de resgate da cidadania e combate efetivo a pobreza são necessárias ações complementares de segurança social para que o Plano atinja seu total desenvolvimento.

Voltando as oito Metas do Milênio, divulgadas em 2000, na sede da ONU, na presença de diversas autoridades com o objetivo de reduzir a pobreza no mundo, em sua Meta 7, que tem haver com o desenvolvimento com responsabilidade ambiental, visa em um de seus objetivos melhoria das condições de moradia. Já o Objetivo 10 estabelece redução de 50% do número de pessoas no mundo sem acesso a água potável, ainda alcançar a melhoria de vida de 100 milhões de domicílios, no Objetivo 11, de assentamentos precários e informais até 2020.

Partindo destes objetivos observamos também que apesar da cidade ser a grande área onde são concentradas as dificuldades primordiais das pessoas, no tocante a estrutura de serviços e oportunidades de trabalho, nela está as maiores situações que possibilitam a melhoria desses fatores. O Censo Demográfico IBGE realizado em 2010 apurou a população total do Brasil de 190.755.799 habitantes, dos quais mais de 84% vivem em áreas urbanas, e menos de 16% em áreas rurais. E esta concentração de população em áreas urbanas é maior nas áreas metropolitanas, lideradas pela Região Metropolitana de São Paulo, que concentra hoje 10% da população total do país. Isto significa, que a grande concentração de pessoas na zona urbana, engorda a lista de problemas urbanos. Quando relacionamos este problema é impossível não estabelecer ligação entre tal concentração e as más condições de moradia e estruturação do Estado quanto a políticas públicas de incentivo rural, e de melhoria de renda para acesso da maioria a condições justas de habitação, bem como de empregabilidade.

A empregabilidade é um importante fator da permanência ou não das pessoas em suas moradias. Assim de nada adianta pensar um Plano Municipal de Habitação sem levar em conta o todo da questão. Não basta pensar novas unidades habitacionais, é necessário pensar condições de acesso, permanência nestas novas áreas, e também porque não regularizar e

estruturar áreas de ocupação existentes, precárias da presença de políticas públicas de abastecimento de água, iluminação, saneamento.

Neste sentido muito mais que subsidiar apenas a construção de novas unidades, nosso Plano prevê, estruturar áreas precárias já existentes, não excluindo as áreas rurais do município, visto que a permanência do homem do campo permite que este não engrosse os números urbanos de desemprego. A condição digna de moradia é fundamento para todo o buenos airenses, seja da zona urbana ou rural.

Para tanto é necessária a produção habitacional de interesse social, iniciada sob diversos aspectos, principalmente no tocante a financiamentos populares, bem como um trabalho social de acompanhamento bem próximo dessas famílias, desde o cadastramento até a fase de pós-ocupação. Visto que é preciso estabelecer novos vínculos, especialmente quando as áreas de assentamento são diferentes das precárias anteriores. Há uma necessidade de que todo este processo seja feito de forma planejada e participativa. As famílias envolvidas precisam ser parte deste processo. Caso contrário, teremos nas mãos um bairro fantasma e famílias voltando às condições precárias de moradia anteriores ao Plano.

Atrelado à unidade habitacional propriamente dita, as políticas públicas de saúde, educação, saúde e desenvolvimento social precisam ser presentes e atuantes para que as famílias foco deste Plano sejam fortalecidas e compreendam a dimensão do processo. Processo este de resgate e justiça social.

Distribuímos o PMHIS da seguinte maneira: através da **Introdução, Princípios e Diretrizes Orientadoras** apresentamos a política que o norteia, seus princípios e ideais, como foi pensado; o **Diagnóstico Participativo** é a construção do plano através da participação popular; pesquisa sobre a demanda, suas necessidades e peculiaridades locais, recursos existentes (financeiros, legais, institucionais e fundiários), os cenários tendenciais de desenvolvimento econômico e crescimento demográfico, que irão orientar a projeção de recursos financeiros disponíveis e o crescimento da demanda por faixas de renda; a **Proposta Metodológica** direciona como faremos para coletar as informações, como será a participação popular na construção do Plano; **Plano de Ação e Objetivos, Metas e Indicadores** que apresenta os programas habitacionais propostos para a realização dos objetivos do Plano, que consolida as propostas de atendimento por programa no território. Aponta ainda a interface desejada e necessária com outros órgãos da administração pública nas três esferas de governo e com a sociedade civil, consolidação das metas de produção e de gestão administrativa para todo o município no horizonte temporal de 2013-2023, a sua revisão sistemática a cada dois anos, com prestação de contas anual em reunião do Conselho Municipal da Habitação. O monitoramento sistemático das metas deve ser publicado em relatórios, e posto em pauta para conhecimento e aprovação do Conselho Municipal da Habitação, através de resolução própria. E finalmente os **Anexos** contendo os registros das etapas para elaboração do PMHIS, necessárias para composição deste.

7- PRINCÍPIOS E DIRETRIZES ORIENTADORAS:

7.1- Princípios:

Para o município o plano apresenta uma estrutura norteada por quatro princípios: justiça e igualdade social, desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental, moradia digna e gestão eficiente de recursos naturais e financeiros.

7.1.1- Justiça e Igualdade Social:

Primeiramente pautamos o plano sob a ótica da justiça e igualdade social, de forma a garantir o que é estabelecido pela Constituição Federal em seu Artigo 182, regulamentado pela Lei Federal 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, garantindo o acesso a terra urbanizada para a oferta de habitação de interesse social, de forma a garantir o exercício da cidadania, combater a desigualdade social e especulação imobiliária.

7.1.2- Desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental:

Partindo deste princípio pretendemos em nosso plano, garantir desenvolvimento com responsabilidade ambiental de forma sustentável, promovendo o diálogo entre as políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Garantindo que a inclusão seja por completo, onde a moradia esteja cercado dos espaços públicos de serviços e de convivência social. Princípio previsto nas Metas do Milênio 7.

7.1.3- Moradia Digna:

Neste importante princípio, tal como estabelece o Artigo 6 da Constituição Federal, pela Lei Federal 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, que entende que a política de habitação local deve garantir o acesso à moradia digna, pois este é um direito de todo cidadão. Esta legislação defende digna a moradia que “garante ao morador a segurança na posse e dispõe de instalações sanitárias adequadas, com condições de habitabilidade, atendida por serviços públicos essenciais – abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo, além do acesso aos equipamentos sociais básicos”.

Este princípio está em conformidade com os Objetivos 10 e 11 da Meta 7 do Milênio. A moradia digna é entendida neste Plano como vetor de inclusão sócio territorial, que garante a construção da cidadania a todos os moradores.

7.1.4- Gestão Democrática:

Promover a gestão democrática da política habitacional do município pelo conjunto de segmentos sociais, públicos e privados, garantindo a participação da sociedade civil organizada nas etapas de elaboração e implementação desta política, através dos canais instituídos de participação, como o Conselho Municipal da Habitação de Interesse Social. Considerar a corresponsabilidade pelo atendimento às demandas habitacionais pelas três esferas do poder público - municipal, estadual e federal - conforme estabelece o Artigo 23 da Constituição Federal e buscar a parceria com outros agentes da sociedade civil.

7.1.5- Gestão Eficiente dos Recursos Públicos:

Tornar a gestão pública da política habitacional mais eficiente, para universalizar o atendimento habitacional para famílias com renda familiar mensal média de até 5 salários mínimos. Garantir a transparência na aplicação dos recursos, ampliando as possibilidades de gestão democrática sobre os mesmos.

7.2- Diretrizes Orientadoras:

Estas diretrizes foram distribuídas para cada um dos princípios já mencionados para que fique explícita a importância dessas para realização do PMHIS.

7.2.1- Justiça e Igualdade Social:

- a) buscar universalizar o acesso à moradia digna para as famílias com renda familiar média mensal de até 5 salários mínimos;
- b) priorizar o atendimento às famílias com renda mensal de 0 a 3 salários mínimos, com atendimento proporcional do déficit nesta faixa de renda;
- c) reservar parcela das unidades habitacionais de interesse social para o atendimento aos idosos e aos portadores de deficiências;
- d) estabelecer critérios de atendimento para cada programa habitacional.
- d) aprimorar a concessão de subsídios habitacionais;
- e) articular ações da política habitacional com os programas de desenvolvimento econômico e social das três esferas de governo;
- f) garantir a titularidade do imóvel em nome da mulher;
- g) garantir o direito às áreas consolidadas da cidade, para garantir capacidade de suporte de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos à implantação de novos empreendimentos habitacionais.

7.2.2- Desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental:

- a) articular as ações de diferentes programas habitacionais para integrar a urbanização e regularização de assentamentos precários, visando sua recuperação ambiental;
- b) incentivar a ocupação da área central por habitação, priorizando a habitação de interesse social, de forma a aproveitar a infraestrutura instalada e as edificações existentes;
- c) adotar tecnologias de projeto, construção e manutenção de empreendimentos habitacionais que contribuam para a conservação de energia, água e para a reciclagem de resíduos sólidos, para a drenagem e a permeabilidade do solo.
- d) estimular a diversidade de soluções arquitetônicas e urbanísticas e a adequação dos projetos aos condicionantes do meio físico, visando a melhoria da qualidade paisagística e ambiental do empreendimento habitacional e a integração do empreendimento ao entorno, priorizando escalas de intervenção que facilitem a integração aos bairros já existentes.

7.2.3- Moradia Digna:

- a) aproveitar os investimentos na habitação já realizados pela população de baixa renda, através da urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários e/ou informais, atendendo o Objetivo 11 da Meta 7 do Milênio;
- b) integrar ações de urbanização e regularização fundiária, de forma a garantir a sustentabilidade das ações de urbanização pela integração dos assentamentos à cidade formal, em conformidade com o Objetivo 11 da Meta 7 do Milênio;
- c) regularizar a situação fundiária de empreendimentos habitacionais produzidos pelo poder público, de modo a regularizar sua situação contratual e obter o registro do imóvel em nome do mutuário, em conformidade com o Objetivo 11 da Meta 7 do Milênio;
- d) produzir novas unidades habitacionais, com boas condições técnicas de conforto ambiental, qualidade arquitetônica e construtiva e respeito ao meio ambiente;
- e) produzir empreendimentos com tipologias variadas, adequadas às necessidades de diferentes composições familiares, mantendo subsídios compatíveis com a renda familiar;
- f) Captar recursos públicos existentes e estabelecer parcerias com a iniciativa privada e entidades, de modo a ampliar a capacidade de atuação do Município.

7.2.4- Gestão Democrática:

- a) fortalecer e aprimorar o canal de participação instituído – Conselho Municipal da Habitação;
- b) instalar um Sistema de Informações Habitacionais, que amplie a sistemática e progressivamente o acesso às informações da política habitacional pelo conjunto da sociedade;
- c) incentivar a gestão compartilhada e responsável do território pelos moradores das áreas urbanizadas, de modo a garantir a sustentabilidade social e ambiental das intervenções realizadas;
- d) garantir a realização da Conferência Municipal da Habitação em período a definir pelo Conselho Municipal da Habitação.

7.2.5- Gestão Eficiente dos Recursos Públicos:

7.2.5.1- Recursos Humanos:

- a) implementar processo continuado de capacitação técnica e gerencial de agentes públicos nas diversas áreas do atendimento habitacional.

7.2.5.2- Organização Administrativa:

- b) formular a estruturar o Departamento Municipal de Habitação;
- c) articular as políticas habitacionais às demais políticas setoriais;
- d) estabelecer o planejamento estratégico como ação básica, sistemática e geral para todo o departamento;
- e) estabelecer processos continuados de planejamento estratégico, para elaboração, acompanhamento e revisão sistemática das metas de produção e de gestão;
- f) revisar, sistemática e periódica, do conjunto de instruções normativas que regem o funcionamento do Fundo Municipal de Habitação, de modo a tornar a aplicação dos recursos e o retorno dos investimentos mais eficientes;
- g) simplificar o processo de aprovação de empreendimentos habitacionais;
- h) ampliar a articulação entre diferentes setores do poder público executivo e judiciário, de forma a criar novos procedimentos, mais ágeis e eficientes, de regularização fundiária de assentamentos precários e conjuntos habitacionais promovidos pelo poder público.

7.2.5.3- Aplicação dos Recursos Financeiros:

- i) aprimorar os procedimentos de controle gerencial do atendimento habitacional em todas as suas etapas, em especial com relação aos custos de produção;
- j) consolidar e aprimorar os critérios de priorização de intervenções em todos os programas habitacionais, que considerem a vulnerabilidade física e social de forma integrada;
- k) realizar estudos de viabilidade técnico e econômica para as intervenções de todos os programas habitacionais, possibilitando a adoção da solução com melhor relação custo-benefício;
- l) articular as revisões periódicas deste Plano com o Plano Plurianual (PPA), com a Lei de Orçamento Anual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

7.2.5.4- Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação:

- m) manter o Sistema de Informações Habitacionais, atualizado e plenamente utilizado;
- n) implantar sistema de monitoramento e avaliação para todos os programas habitacionais do município, bem como para todas as metas estabelecidas neste Plano;
- o) vincular as metas de governo estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos (PPA), ao PMHIS;

8- PROPOSTA METODOLÓGICA:

O município de Buenos Aires é formado por sua sede e mais 03 distritos: Chã das Mulatas, Chã Mautez e Lagoa do Oiteiro, além das comunidades rurais de: Beleza, Serra do Espinhaço, Alto da Vaquejada, Monte Verde, Jacaré, Galileia, Canafistula, Bofe, Tamboatá, Borboleta, Barro Branco, Angústia, Santa Márcia, Cavalcanti, Tamataúpe, Maltez, Barra Nova, Assentamento Mundo Novo, Vera Cruz, Estação de Monta, Gamileira, Boa Vista, Bandeirantes, Chã de carvão, Campina, Barro Vermelho, Água Branca, Serra do Canal, Engenho Crimea e Boa Fé. Com a divisão administrativa adotada pela Secretaria Municipal de Administração, o Departamento Municipal de Habitação, fica localizado como parte integrante da Secretaria Municipal de Assistência Social, no entanto, tem envolvimento direto com as demais Secretarias Municipais: Saúde, Educação, Meio Ambiente e Infraestrutura.

A revisão da divisão administrativa poderá ser objeto de estudo específico a ser realizado em conjunto com a Câmara Municipal de Vereadores, visando à articulação entre os planos municipais setoriais (a exemplo dos planos de drenagem urbana, de saneamento ambiental integrado, de transportes, entre outros). Este Plano apresenta diagnóstico e metas regionais agregados de acordo com a atual divisão administrativa.

O conhecimento do território no Plano Municipal de Habitação foi elaborado tendo como premissa básica a integração das ações públicas, tanto habitacionais quanto ambientais, sociais e urbanísticas, visando à requalificação do espaço habitado da cidade.

Para atingir este objetivo, foi necessário, antes de tudo, integrar as ações e investimentos internos ao Departamento Municipal de Habitação - DMH, para depois buscar esta integração com os demais órgãos públicos das três esferas de governo envolvidos com o tema. Instaurou-se um processo de conhecimento do território globalizante, integrado, dinâmico, compartilhado.

Estes dois sistemas exigiram dos técnicos do DMH a revisão de rotinas e processos de trabalho que levavam naturalmente a uma visão estanque das dinâmicas de ocupação do território municipal. O conhecimento acumulado sobre estas dinâmicas por técnicos que ajudaram a implantar uma das mais importantes políticas habitacionais do país era, no entanto, compartimentado em diferentes departamentos e desarticulado.

No caso dos assentamentos precários e/ou informais, cadastrados no DMH e, portanto, identificáveis no território, é possível agregar os dados de demanda e metas de atendimento por área.

A Secretaria Municipal de Habitação e Ação Social tem como atribuição intervir em favelas, núcleos urbanizados, cortiços e conjuntos habitacionais, regulares ou irregulares, enquanto o Departamento Municipal de Tributos tem como atribuição intervir em loteamentos irregulares, sejam eles de interesse social ou não. A COHAB, por sua vez, tem atuação na herança de empreendimentos realizados com recursos do antigo SFH, e é responsável pela operação dos recursos do FMH. Além da gestão da carteira destes empreendimentos, é responsável pela regularização fundiária e comercial das unidades, e pela construção de novos empreendimentos habitacionais com recursos do FMH e de convênios.

A seguir apresentamos uma definição para cada tipo de assentamento para trabalharmos as Propostas com um conceito limitado para direcionar nosso Plano com um norte teórico:

Definimos como *Favela* neste Plano a ocupação feita à margem da legislação urbanística e edilícia, de áreas públicas ou particulares de terceiros, predominantemente desordenada e com precariedade de infraestrutura, com construções predominantemente autoconstruídas e precárias, por famílias de baixa renda e vulneráveis socialmente.

Já o *Núcleo urbanizado* é definido neste Plano como a antiga favela, que conta com 100% de redes de infraestrutura urbana implantada através de diferentes programas habitacionais, mas que ainda não conta com regularização jurídica e legal.

O *Cortiço* é definido neste Plano como o domicílio em moradia coletiva, multifamiliar, constituída por uma ou mais edificações em um mesmo lote urbano, subdivididas em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título; com várias funções exercidas no mesmo cômodo; com acesso e uso comum dos espaços não edificados e instalações sanitárias; com circulação e infraestrutura, no geral, precárias e superlotação de pessoas.

O *Conjunto habitacional irregular* é definido neste Plano como aquele que, apesar de ter sido produzido pelo poder público, ainda não tem regularização fundiária, jurídica e registraria. São objeto deste Plano apenas os conjuntos habitacionais irregulares produzidos pelo poder público municipal.

O *Loteamento irregular* é definido neste Plano como aquele assentamento onde se caracteriza a existência de um agente promotor e/ou comercializador, cuja tipologia e morfologia do parcelamento do solo estejam voltadas ao uso unifamiliar e multifamiliar de pequeno porte, que tenham sido implantados e ocupados sem prévia aprovação pelos órgãos públicos responsáveis ou, quando aprovados ou em processo de aprovação, implantados em desacordo com a legislação ou com o projeto aprovado.

Os *Assentamentos precários e/ou informais* serão tratados neste Plano como os diversos tipos de assentamentos descritos acima. Este tratamento será feito visando integrar os diferentes tipos de atendimento habitacional dado a cada tipo de assentamento por SEHAB.

Os sistemas de planejamento foram implantados com apoio da Secretaria Municipal de Administração, em acordo de cooperação técnica com empresa privada, para mobilização, registro e posterior aprovação social do Plano.

A implantação de um instrumento de planejamento informatizado é um dos objetivos deste Plano, de forma a organizar e sistematizar as informações. Assim o SIH (Sistema de Informação de Habitação) será realizado a partir do conhecimento acumulado e com a participação de todo o corpo técnico da SMAS, capacitado para o manuseio do sistema supracitado. Com isto, será instaurado um processo contínuo de conhecimento das dinâmicas de transformação do território, que possibilita o conhecimento de cada espaço habitado. As dinâmicas de transformação deste espaço são intensas e exigem novos programas, posturas, revisão constante dos arcabouços jurídicos e arquitetônicos. A cultura técnica precisa ser revista constantemente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - PE

Conhecer estes processos de mudança permite que esta cultura se renove se aprimore e chegue mais rápido ao seu objetivo de fornecer moradia digna a todos os moradores da cidade.

A visão integrada, parte essencial deste Plano, é diretriz fundamental da política habitacional, e como tal, se reflete nas ações propostas para o Plano de Ação, tendo como unidade de planejamento a área territorial, bem como na revisão de programas e processos de trabalho.

8.1- Estrutura de Coordenação e Organização dos Trabalhos:

As atividades de formulação do Plano Local de Habitação e Interesse Social serão realizadas, por conta da Prefeitura de Buenos Aires, com apoio de equipe técnica contratada para apoiar a realização das atividades propostas. Por outro lado, o município também estará participando efetivamente com seus técnicos capacitados via Seminários do Plano e, também, pelo Curso de Formulação de Planos Locais de Habitação de Interesse Social, oferecido pelo Ministério das Cidades, em outubro do ano de 2009.

A equipe técnica envolvida em todas as etapas de formulação deste Plano será constituída por:

Tabela 1: Equipe Técnica de Formulação do PMHIS:

N.	Nome	Função
01	José Emeson Albuquerque Campos	Coordenador Geral do PMHIS
02	Luciano José Araújo de Lima	Coordenador Geral Local do PMHIS
03	Antonio Barbosa da Silva	Apoio Administrativo
04	Gildo Mariano da Silva	Apoio Administrativo
05	Luiza Maria da Silva	Apoio Administrativo
06	Lúcia Medeiros Souza de Oliveira	Apoio Administrativo
07	Maria Lúcia dos Santos	Apoio Administrativo
08	Josinéia Maria dos Santos	Apoio Administrativo
09	Sandra Maria das Neves	Técnico de elaboração – Assistente Social
10	Marilene Rodrigues Pessoa Camara	Técnico de elaboração – Advogada
11	Raquel Cemiramis R. da Veiga	Técnico de elaboração – Engenheira
12	Márcia Lidiane Alves da Silva Paiva	Técnico de elaboração – Pedagoga
13	Edivaldo Luiz Pereira de Araújo	Mobilizador Social
14	Maria do Carmo B. de M. Honorio	Mobilizador Social
15	Maria Lucia de Souza	Mobilizador Social
16	Maria do Socorro Silva de Souza	Mobilizador Social
17	Marcelo Alfredo de Oliveira	Mobilizador Social
18	Rita Braga de Santana	Mobilizador Social
19	Severino Gomes do Nascimento	Mobilizador Social

Além da equipe técnica acima mencionada, responsável direta pela formulação de documentos a serem aplicados na execução das atividades do Plano, orientação dos procedimentos a serem seguidos em todas as fases do Plano e formulação escrita do PMHIS, será necessário, também, a formação de equipe institucional que, inicialmente, atuará contribuindo com a coleta de dados para o diagnóstico habitacional e, em seguida, nas estratégias de ação apresentando propostas como representantes do Poder Público Municipal.

A equipe institucional de apoio que atuará em todas as etapas do PMHIS será constituída por:

Tabela 2: Equipe Institucional de Apoio na Formulação do PMHIS

N.	Nome	Função
01	Maria Lúcia dos Santos	Secretária Municipal de Administração
02	Tereza Cristina de A. Teobaldo	Secretário Municipal de Saúde
03	Severina Xavier da Silva	Secretária Municipal de Educação
04	Severino Constantino de Oliveira	Secretário Municipal de Estradas e Rodovias
05	Armando Felipe da Silva	Secretário Mul. de Saneamento e Agricultura
06	Gliner de Almeida Alencar	Secretário Municipal de Finanças

A reunião desses representantes responsáveis por Secretarias e Departamentos se deu considerando a contribuição direta ou indireta dos mesmos na questão habitacional municipal, uma vez que, a organização deste setor no município é recente. Como equipe de apoio institucional, pressupõe-se ainda, que no decorrer da formulação do Plano, havendo a necessidade, serão disponibilizados funcionários desses Setores para atenderem às solicitações da equipe técnica indispensáveis ao Plano.

8.2- Definição das Atribuições e Responsabilidades da Equipe Municipal:

Fazer esse plano requer grande volume de trabalho, desde a mobilização social e institucional para atuar na sua construção até ações como planejamento, execução de atividades que constituirão o documento final e levantamento de informações junto aos atores sociais e Instituições de Pesquisa. A fim de organizar o trabalho, principalmente, na obtenção de informações vitais a essa produção, vamos definir em que consistem as atribuições e responsabilidades da equipe municipal. A referida equipe ficou subdivida em duas outras equipes: Equipe Técnica e Equipe de Apoio Institucional.

Cabe à Equipe Técnica as seguintes ações:

- Atuar no levantamento de informações na área habitacional junto a órgãos de pesquisa, Ministério das Cidades e Sistema Nacional de Habitação;
- Contribuir de forma ativa na produção e sistematização de informações municipais que comporão o Plano;
- Capacitar os agentes que atuarão na coleta de dados junto à comunidade;
- Produzir relatórios referentes a todas as etapas de confecção do plano: Proposta Metodológica, Diagnóstico Habitacional e Estratégias de Ação, incluindo, atas, relatórios fotográficos e apuração e registro da participação popular;
- Orientar e apoiar a execução de todas as atividades das etapas referentes ao Plano, inclusive, quando da realização das assembleias para discussão do plano junto à sociedade;
- Proceder à Consolidação final de todos os produtos que constituem o PMHIS de Buenos Aires - PE.

A Equipe de Apoio Institucional se responsabilizará pelas seguintes ações:

- Atuar na mobilização popular a fim de promover sua participação;
- Contribuir com o fornecimento de informações importantes na esfera de competência de suas Secretarias, respectivas;
- Participar da produção de informações sobre habitação do município;
- Divulgar o PMHIS;

O Planejamento aqui proposto faz imprescindível a ampla participação de todos, para que reflita a realidade habitacional local considerando a pluralidade de olhares tanto da área administrativa da Prefeitura quanto da sociedade em geral e, sobretudo, para que as ações previstas neste documento sejam as mais eficazes possíveis no enfrentamento dos problemas habitacionais vigentes e daqueles que poderão surgir futuramente. O envolvimento eficiente das equipes acima apontadas é fundamental para a qualidade do documento consolidado.

8.3- Estratégia de Comunicação, Mobilização e Participação da População:

A Equipe Técnica e a Equipe Institucional de Apoio atuarão de forma conjunta na comunicação, mobilização e participação da população no decorrer das etapas que constituem o PMHIS de Buenos Aires. Contudo, o papel da Equipe Institucional, nesse sentido, envolverá responsabilidade muito maior, uma vez que, a atribuição de mobilização lhe é correlata, mais diretamente.

As informações serão veiculadas por meio de convites, carro de som, rádio local e jornal regional, utilizando um ou mais desses meios, dependendo da fase de elaboração do Plano.

A participação na formulação do Plano de Habitação de Buenos Aires contará com atores sociais e institucionais. Institucionalmente, o Município será apoiado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e seus Departamentos que, sempre acabaram atuando de forma muito ativa nas questões habitacionais no município, executando obras de infraestrutura urbana e até recuperação de domicílios muito precários de moradores de baixa renda.

Também envolverá a Secretaria Municipal de Meio Ambiente que, mesmo não estando ligada, diretamente, com a questão habitacional possui levantamentos bem detalhados dos domicílios rurais e, além disso, por atuar na área ambiental torna-se essencial sua participação nesse planejamento, uma vez que, muitos problemas habitacionais podem estar conjugados com ambientais.

As Secretarias Municipais de Finanças e Planejamento e Administração também constituem atores institucionais que farão parte das discussões do Plano, visando-se sólida projeção de recursos por parte dos municípios no enfrentamento dos problemas habitacionais existentes.

A população terá papel importante nesse planejamento, seja de forma direta ou indireta. Atualmente, Buenos Aires possui Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, sendo que, este é integrado por representantes do governo e da sociedade municipal organizada. As reuniões com este Conselho serão de grande importância neste processo. O envolvimento da população também se dará visando-se os movimentos já existentes: Câmara de Vereadores, Representantes das Igrejas Evangélicas e da Igreja Católica e, também, da população como um todo, no momento de Audiência Pública.

8.4- Mecanismos de Participação Popular e de Acesso às Informações:

O Plano Municipal de Habitação e Interesse Social de Buenos Aires compõe-se por três etapas, conforme dispõe orientação do Ministério das Cidades: Proposta Metodológica, Diagnóstico Habitacional e Estratégias de Ação.

Como mencionado, adotaremos a participação popular direta e representativa no decorrer das atividades, dependendo da fase de formulação do PMHIS, procedendo da seguinte forma:

- Proposta Metodológica: Nessa fase será feita reunião envolvendo a Equipe Técnica, a Equipe Institucional de Apoio e o Conselho de Habitação do Município, sendo, este último, a instância de representação social nessa etapa. Será o momento em que, a Equipe Técnica explicará o que é o PMHIS, qual sua finalidade e importância para o Município, estabelecer acordo sobre a organização do trabalho e sua participação nas próximas etapas de confecção do Plano, apresentar a proposta do PMHIS e sua relação com Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e apresentar a metodologia de trabalho.

- Diagnóstico Habitacional: Será feita a aplicação de questionário habitacional em todos os domicílios urbanos e rurais, onde, o grupo de trabalho designado, além de ouvir a população terá a oportunidade de, também, vistoriar as condições físicas e de infraestrutura dos domicílios visitados. Também serão colhidas informações junto aos órgãos municipais para compor o quadro diagnóstico. Serão consultados os registros do Departamento de Tributos a fim de fazer o histórico habitacional municipal. No caso da zona rural, será consultado o banco de dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, uma vez que, se a pesquisa nessas áreas poderá ser prejudicada sob o aspecto de logística, mas as equipes serão mobilizadas de forma a cobrir também esta mostra inviável, em termos financeiros e de disponibilidade de pessoal, fazer o mesmo levantamento proposto para a área urbana.

- Plano de Ação: Finalizado o diagnóstico, serão realizadas três oficinas e uma audiência pública, conforme o andamento dos trabalhos e processo de discussão, onde serão apresentados os dados obtidos e haverá abertura de espaço para esclarecer dúvidas e ouvir a população sobre os problemas habitacionais segundo sua percepção do local onde vive. Nesse momento, serão envolvidos todos os atores sociais até aqui relacionados da forma mais abrangente, possível, tanto da área rural quanto urbana. Serão discutidas e aprovadas quais serão as intervenções adotadas que deverão constar no PMHIS.

As informações referentes a cada uma das etapas de construção do Plano estarão disponíveis na Prefeitura e Câmara e, noticiado na rádio local, tanto na fase metodológica quanto diagnóstica. Além dos veículos citados anteriormente, na etapa de definição das estratégias também será utilizado carro de som e jornal de circulação regional para expandir o alcance populacional do Plano. A Equipe Institucional de Apoio fica apta a esclarecer quaisquer dúvidas e fornecer informações a cerca do Plano aos cidadãos que se dirigirem às respectivas Secretarias Municipais.

8.5-Cronograma de Atividades e Procedimentos para a Execução das Etapas Subsequentes:

A tabela abaixo evidencia os dados que deverão ser levantados e o envolvimento das Equipes de Trabalho na Construção do PMHIS de Buenos Aires:

Tabela 3: Informações, Base de Dados e Responsáveis pelo Levantamento

Assunto	Bases, Fontes e Anexos	Responsável pelo Levantamento das Informações
Caracterização do Município	Site do IBGE; Site do Midades(GEOSNIC); Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil;	Secretário de Administração e sua Equipe
Assunto	Bases, Fontes e Anexos	Responsável pelo Levantamento das Informações
Área	Site do IBGE; Site do Midades (GEOSNIC);	Secretário de Administração e sua equipe
Assunto	Bases, Fontes e Anexos	Responsável pelo Levantamento das Informações
Localização: divisas, ligações rodoviárias e ferroviárias. Relevo, hidrografia, vegetação	Site do IBGE; Site do Midades (GEOSNIC);	Secretário de Estradas e Rodovias e sua equipe
Assunto	Bases, Fontes e Anexos	Responsável pelo Levantamento das Informações
Demografia	Plano Nac. de Habitação; Site do IBGE	Secretária de Urbanismo e sua equipe
Assunto	Bases, Fontes e Anexos	Responsável pelo Levantamento das Informações
Equipe Técnica de Formulação do Plano	PMHIS; Contratos com equipe.	Coordenadores Gerais e equipe de mobilização municipal

9- DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO:

9.1- Apresentação:

O diagnóstico da situação habitacional no município de Buenos Aires levou em consideração três aspectos da questão: a **demanda** por diferentes tipos de atendimento habitacional; os **recursos** disponíveis e necessários, recursos estes institucionais, financeiros, legais e fundiários; a **oferta pública de atendimento habitacional** com a quantificação da produção de novas moradias e o atendimento às famílias promovidas pelo poder público na última década.

Trata-se do que o município tem e o que precisa para o decênio de 2013 a 2023, onde são descritos os aspectos econômicos, físicos e políticos da região, para este período. Também está descritos nesta etapa as respectivas responsabilidades e previsões para três esferas. As oficinas e audiência pública subsidiaram as vontades populares, onde os participantes puderam contribuir para elaboração do PMHIS.

A coleta de dados realizada junto à comunidade, não somente torna o PMHIS algo passível de realização, bem como promove o envolvimento das pessoas, as torna protagonistas do processo. Com isto, o fortalecimento do documento e de sua importância para melhoria da qualidade de vida da população.

Uma dificuldade acentuada é a de construção de mecanismos de pesquisa local, visto que os dados oficiais são bem resumidos, e para termos um Plano atuante, ele precisa ter dados atuais, definitivamente traduzindo a realidade local. Além disso, organizar a linha da demanda em consonância com os recursos disponíveis. São desafios que através de um diagnóstico próximo da população, discutido com os diversos segmentos sociais, pretendemos dizimar as dúvidas e conseguir uma maior probabilidade de saciedade da comunidade, com a responsabilidade financeira e legal necessária.

A comparação entre as metodologias utilizada e informações adotadas, foi possível definir o conjunto de componentes das necessidades habitacionais, que se referem às condições de moradia atuais no município. Os componentes foram classificados em três tipos -, o déficit habitacional, inadequação habitacional e o fortalecimento da família. A cada um deles foi indicado atendimento específico, de acordo com os programas estabelecidos pela política municipal de habitação.

9.2- História do Município:

As terras que hoje compõem Buenos Aires pertenciam a Manoel Francisco de Sales e, a partir de 1842, a região passou a ser mais povoada. O povoado cresce em torno da capelinha do engenho dedicada a São Benedito. Eram muitos os engenhos da região, os mais famosos eram Criméia, Conceição, Bandeirantes, Cavalcanti e faziam parte de Nazaré da Mata. Em 1889, o segundo proprietário do engenho, Antônio Gomes de Araújo, fundou um povoado inicialmente conhecido pelo nome de Jacu, em virtude da grande concentração dessa ave, uma espécie de galináceo preto que abundava naquela região e hoje é não mais encontrado, pois perdeu o lugar de moradia e sua alimentação preferida com a derrubada dos cafezais que ali havia no início do século XX, além das matas para dar lugar a expansão da lavoura canavieira.

Jacu passou para denominação de Buenos Aires em 1928 quando se tornou vila, e a troca do nome parece ter sido sugerida por um padre de fala espanhola que teria achado a região de muito Buenos Aires. Ainda a esta época, subordinada à cidade de Nazaré, que só veio modificar o nome para a atual Nazaré da Mata em 1943. Permaneceu subordinada como distrito a esta até dezembro de 1963, sendo este distrito a sede da atual cidade. Atualmente está subdividida pelo distrito sede e o de Lagoa do Outeiro, além dos povoados de Chã do Mautez, Chã das Mulatas, Beleza, Serra do Espinhaço, Alto da Vaquejada, Monte Verde, Jacaré, Galileia, Canafistula, Bofe, Tamboatá, Borboleta, Barro Branco, Angústia, Santa Márcia, Cavalcanti Tamataúpe, Barra Nova, Assentamento Mundo Novo, Vera Cruz, Estação de Monta, Gamileira, Boa Vista, Bandeirantes, Chã de carvão, Campina, Barro Vermelho, Água Branca, Serra do Canal, Engenho Crimeia e Boa Fé.

9.3- Localização Geográfica:

Situada na Zona Mata norte do estado de Pernambuco a uma latitude 07°43'32" sul e a uma longitude 35°19'38" oeste, estando a uma altitude de 149 metros, a cidade de Buenos Aires era um antigo distrito da cidade de Nazaré da Mata, que foi efetivamente elevado à categoria de cidade em 20 de dezembro de 1963, através da lei estadual Nº 4970. Sua origem remonta ao século XVIII, tempo da implantação da cultura da cana-de-açúcar, mas também da produção para a subsistência de seus habitantes. Região de terra fértil para o cultivo da cana é um terra de engenhos para fabrico do açúcar e de aguardente.

Localizado a 79 km de Recife, Buenos Aires faz divisa com Vicência ao norte, e Carpina ao sul, ficando a leste de Nazaré da Mata e a oeste de Limoeiro.

9.4- Estrutura Política:

O Poder Executivo tem como chefe o prefeito o Sr. Gislan de Almeida Alencar que administra com o apoio de sua vice a Sra. Ana Carolina Maranhão de Araújo, eleitos em 2012 com 54,85% dos votos válidos, num colégio eleitoral de 11.050 eleitores, pela Coligação Frente Popular de Buenos Aires (PSDB/PTB/PSB/PT do B).

Claramente definida a estrutura politica do município está divida entre os Poderes Legislativo e Executivo, ambos atuantes e com mandato legal de quatro anos, que começaram a ser contados em 1.º de janeiro do atual exercício até 31 de dezembro de 2016.

O Poder Legislativo tendo como Presidente da Casa o Sr. José Cláudio de Holanda, sendo parte de um grupo de 09 (nove) vereadores para legislar, fiscalizar, cobrar, sugerir projetos ao Poder Executivo de forma a melhorar a vida de todos os munícipes.

9.5- Estrutura Física Pública:

São 76 (setenta e seis) prédios sob a administração pública, desses 387 (trinta e oito) de propriedade do município e 38 (trinta e oito) locados, todos estes prestando serviços gratuitos e de qualidade a população do município de Buenos Aires.

Estão ligados a Secretaria Municipal de Administração os seguintes prédios: Central e reservatório de água de Lagoa do Oiteiro, chafarizes de Tamboatá e Canafistula, Clube Municipal, Telefonia, chafariz do centro da cidade, Almoxarifado, Setor de Tributos, 03 Depósitos de materiais diversos, Mercado Público, Matadouro Público (desativado), Vila

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - PE

Olimpica, Cemitério, 01 garagem, Prefeitura Municipal e Destacamento da Polícia Militar. Ainda, está ligada a Secretaria de Administração a manutenção e conservação e iluminação pública, saneamento, arborização e paisagismo (praças e canteiros).

Ligados a Secretaria Municipal de Educação: 05 Grupos Escolares (Presidente Castelo Branco, Nair Barbosa de Souza, José Vieira de Melo, Amália Araújo Jurema e Otacilio Vieira de Azevedo), 12 Escolas (José Teobaldo de Azevedo, Professora Jandira Albertina de Souza, José Barbosa de Vasconcelos, Mínima Canafistula, José Antônio de Melo Filho, Santo Antônio, Dr. João de Holanda Cavalcante, Irene Gomes de Araújo Pereira, Joaquim Vieira de Melo, Nossa Senhora de Fátima, Luiz de Almeida e Rs. Antônio Gomes de Araújo Pereira). Também ligados a Secretaria de Educação estão: 01 Depósito de Merenda Escolar, 01 Quadra Esportiva, 02 Creches, 01 Biblioteca, 01 Telecentro, 03 Depósitos de materiais diversos, 02 garagens, Administrativo da Secretaria de Educação e 02 anexos com 06 salas de aulas.

A Secretaria Municipal de Saúde administra diretamente 02 Postos Médicos (Canafistula e Lagoa do Oiteiro), 03 USF (Boa Fé, Vila São Luiz e Nossa Senhora de Fátima), a Unidade Mista Tereza Brennand, 01 Residência Terapêutica, 01 Serviço de apoio aos serviços de saúde, 01 Casa das Vigilâncias, 01 Depósito de material diverso, Administrativo da Secretaria de Saúde.

Sob a administração da Secretaria de Habitação e Ação Social estão Conselho Tutelar, Administrativo da Secretaria de Habitação e Ação Social, 02 CRAS com atendimento de 02 turmas do Projovem Adolescente, 04 prédios com 06 turmas de PETI e 01 Casa da Juventude

9.6- Serviços Públicos e Controle Social existentes:

Nas unidades de educação do município são desenvolvidos projetos educacionais que atendem diretamente crianças de 03 a 12 anos (Educação Infantil e Fundamental), jovens de 13 a 18 anos (Educação Fundamental e Médio), adultos e idosos (Educação de jovens e adultos), crianças e jovens com deficiência (Educação Especial).

Além das modalidades nacionais de ensino, o município tem oferecido aulas de reforço escolar, já incluiu no seu currículo escolar as aulas de música e o ensino da cultura afro com determinado pelo Ministério da Educação, e também tem praticado a linha de inclusão social dos alunos especiais, observando as peculiaridades e necessidades destes.

São oferecidos a população pela Secretaria Municipal de Saúde, todos os atendimentos da Atenção Básica, iniciados nas USF e efetivados junto a rede de saúde municipal: consultas médica, consulta com enfermeiro, acompanhamento pré natal, visitas domiciliares, consulta e tratamento odontológico, ambulatórios diversos, acompanhamento médico, dispensa de medicamentos e tratamentos, PNI, exames, controle e tratamento de doenças.

Ainda, atua na formalização e fiscalização do cumprimento de normas de saúde, segurança e de higiene; controle de pragas e vetores junto às vigilâncias sanitária, ambiental e epidemiológica. Na média e alta complexidade o município tem os serviços de urgência e emergência 24h.

A Secretaria Municipal de Habitação e Ação Social mudou de nome para realmente abraçar a causa do déficit habitacional e trabalhar em prol da justiça social, promovendo a garantia dos direitos de todo cidadão Buenos airense. Os serviços prestados a população são

os mais diversos, pois estão ligados aos vários segmentos sociais, políticas públicas que são definidas e que devem ser desenvolvidas de forma adequada para oferecer a população que realmente precisa os instrumentos para sua independência sócio econômica.

Dentre os programas e projetos sociais destacamos o Programa Bolsa Família; PETI; Projovem; Jovem Aprendiz; Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; Centro de Referência Especial de Assistência Social – CREAS; nos dois últimos são desenvolvidos diversos projetos voltados para o resgate social, geração de renda, protagonismo juvenil, atendimento psicossocial. Organização de grupos de convivência, visitas domiciliares, acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, entre muitos outros.

Quando vamos registrar todos os serviços prestados percebemos a dimensão de quanto amplo é o papel do Poder Público no município, e em especial quando tratamos de uma cidade do porte de Buenos Aires. Relatamos até agora apenas parte dos serviços prestados em três secretarias municipais, mas os serviços não se esgotam. Limpeza urbana, limpeza e abertura de córregos, pavimentação, manutenção de prédios públicos, segurança, arborização, iluminação, saneamento, abastecimento de água, regularização e organização do comércio local, coleta, manuseio e destino dos resíduos sólidos ou não, organização de festas e atividades culturais, construção e manutenção de estradas e rodovias, acompanhamento e manutenção dos sistemas de informação sobre as metas do município, legalização – arrecadação - registro de tributos e impostos, dentre muitos outros serviços.

A população de Buenos Aires tem atualmente uma gama de projetos e programas em desenvolvimento que estão a serviços, buscando continuamente a melhoria de vida dos moradores, e todo este esforço tem sido empregado haja vista que as políticas públicas nacionais convergem para que o que antes era exceção hoje seja regra. O grande desafio agora é de efetivamente desenvolver uma política municipal de habitação, onde os menos favorecidos sejam o foco, e que este resgate resulte em crescimento social, que a dignidade seja uma contínua e não uma exceção.

Nessa construção a presença dos Conselhos Municipais é de suma importância. Ao pesquisar sobre o município registramos que os órgãos de Controle Social, não possuem local exclusivo, compartilham com o segmento administrativo, ao qual está ligado para acompanhar.

São 13 Conselhos legalmente constituídos em Buenos Aires. São eles:

- Conselho Municipal de Educação – Lei n.º 481/2006;
- Conselho Municipal de Assistência Social – Lei n.º 366/1997;
- Conselho Municipal do Idoso- Lei n.º 546/2011;
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar – Lei n.º 355/1997 + 555/2011;
- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Lei n.º 373/1998;
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Lei n.º 407/2001;
- Conselho Tutelar – Lei n.º 412/2001;
- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – Lei n.º 482/2006;
- Conselho Municipal das Cidades – Lei n.º 505/2007;
- Conselho Municipal de Habitação – Lei n.º 508/2007;

- Conselho Gestor do FMHIS – Lei n.º 526/2009;
- Conselho do FUNDEB – Lei n.º 595/2007;
- Conselho Municipal de Políticas Públicas de Juventude – Lei n.º 554/2011;

9.7- População:

Com uma área de 93 km² e ocupada por uma população aproximada de 12.537 habitantes, sendo 6.340 mulheres e 6.137 homens, com densidade demográfica de 134,80 hab./km². Com altitude de 149m do nível do mar, sua precipitação pluviométrica anual é de 1.175,4mm e clima tropical chuvoso, onde os meses de janeiro e dezembro são os de chuvas mais intensas.

9.8- Economia:

Além da atividade econômica predominantemente baseada na cultura da cana-de-açúcar com 229 mil toneladas, o artesanato também constitui uma atividade de grande retorno econômico para cidade. A produção agrícola ainda conta com 30 toneladas de Abacate, 2.100 toneladas de bananas, 10 toneladas de laranjas, 32 toneladas de mangas, 84 toneladas de batata doce, 300 toneladas de mandioca além de fava, feijão e milho.

9.9- Cultura:

As principais atrações turísticas estão no artesanato, voltado principalmente para confecção de adereços dos grupos culturais como os caboclinhos Índio Brasileiro, o Tupi Guarani e os maracatus – Leão Mimoso, Leão Vencedor, Estrela Dourada, Leão Coroado, Leão Vencedor das Flores – além do turismo rural que leva o visitante à contemplação dos engenhos antigos, como Criméia e Bandeirantes, e capelas de construções coloniais. De serras de Buenos Aires também se podem contemplar as cidades vizinhas e toda paisagem típica de canaviais da zona da mata pernambucana. Embora a padroeira da cidade seja Nossa Senhora do Bom Parto, cuja festa é realizada no dia 6 de fevereiro, São Sebastião e Nossa Senhora das Dores também recebem louvores dos habitantes da cidade.

Os serviços públicos existentes no município são principalmente ligados às áreas de saúde e de educação, o primeiro com 08 estabelecimentos e o segundo com 89 estabelecimentos, com atendimento diário de 2.622 alunos distribuídos entre a Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio. A população alfabetizada é de 8.341 pessoas. Atualmente são 3.558 domicílios, estes distribuídos em 2.287 urbanos e 1.271 rurais.

9.10- Caracterização do Público Alvo:

9.10.1- Características socioeconômicas dos moradores de assentamentos precários:

Ao buscarmos identificar as peculiaridades locais, onde a renda, a escolaridade, a regularidade fundiária, das famílias mais carentes fossem identificadas, e através da análise desses dados, possamos considerar o déficit habitacional, também sob o aspecto social em que os protagonistas estão envolvidos. A pesquisa referida acima apontou condições socioeconômicas bastante uniformes para o conjunto dos assentamentos, com ligeira melhora para os moradores de loteamentos irregulares em relação aos moradores de núcleos urbanizados. Porém, estas condições independem da localização dos dois tipos de assentamento no município. O que significa dizer que, embora a área de zona urbana seja

aquela que tem mais domicílios em situação precária, as condições de vida nas demais áreas são semelhantes àquelas dos moradores de outras áreas, com pontos bem distintos quanto à escolaridade e acesso a políticas públicas estruturais.

Durante estas pesquisas, comprova-se a consolidação urbanística dessas áreas na paisagem da cidade. Em todas elas, o tempo predominante de permanência das famílias nas áreas é superior a dez anos. As casas são, em sua grande maioria, próprias, e construídas com material permanente. O que percebemos é que ambas as situações quer nas áreas precárias ou não, a casa própria é maioria. Mesmo em áreas onde o terreno seja cedido, a unidade habitacional costuma ser própria.

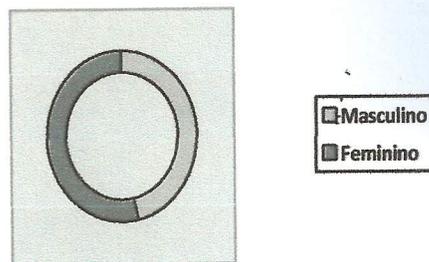
Também é de maioria a utilização de material adequado para construção das casas, alvenaria, mas ainda há incidência de “casas de taipa”, onde o barro é o principal material utilizado.

Já quando relacionamos a quantidade de cômodos, as áreas se distanciam, visto que nas áreas precárias, a existência e de no máximo três cômodos (quarto, banheiro e cozinha). Estes cômodos também precariamente divididos, que coloca em pauta inclusive os aspectos de segurança e higiene.

9.10.2- Composição familiar e perfil etário – famílias jovens e poli nucleadas:

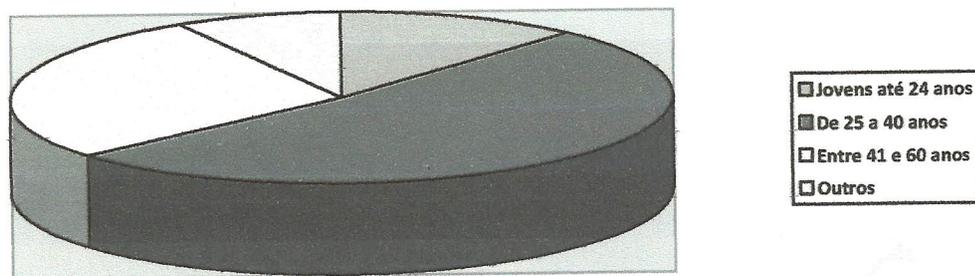
Nos núcleos observados a média é de 4,0. A composição familiar, no entanto está bem diversificada. Mas a composição tradicional de pais e filhos ainda é maioria. Este número sobe com os arranjos familiares, com a presença de agregados: noras e genros; mais os netos. Ainda que este número seja maioria, também é bem representativo o número de famílias com mais filhos nestas áreas mais carentes. Em decorrência, predominam os arranjos com filhos residentes, com maioria de famílias que contam também com a presença do casal, às quais se somam aquelas com a presença apenas do chefe (famílias monoparentais), sobretudo nas favelas e nos núcleos urbanizados.

Gráfico 1: Distribuição dos moradores por sexo.



Já quanto o perfil etário dessas famílias, podemos afirmar haver uma predominância da faixa etária de chefes de família adultos jovens (25 a 39 anos), perfazendo um total de 52%, seguido por uma total diversidade quanto ao gênero, pois muitas dessas famílias são de responsabilidade feminina. Não é descartado o número de famílias chefiadas por jovens de até 24 anos (12%), mas este é bem inferior às famílias com chefes na faixa etária entre 40 e 60 anos (28%).

Gráfico 2: Faixa etária dos chefes das famílias das áreas observadas.



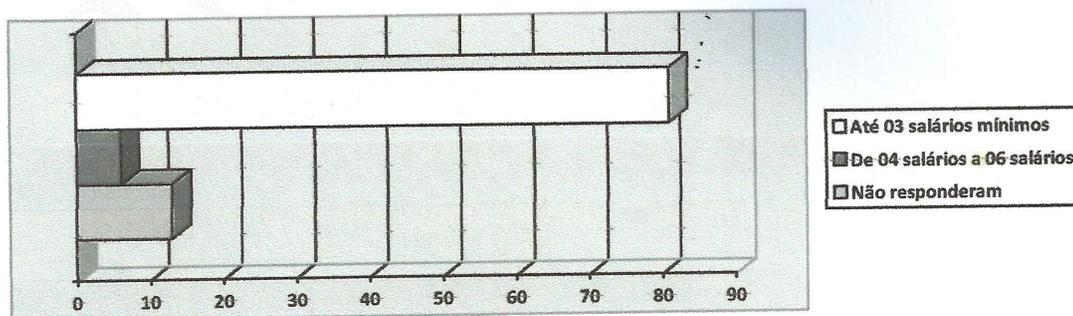
9.10.3- Trabalho e renda – famílias predominantemente abaixo de 3 salários mínimos, trabalho formal e participação de programas de transferência de renda:

Dentre as famílias entrevistadas foi possível constatar que a renda máxima obtida pela maioria não ultrapassa a marca dos 03 salários mínimos. Esta renda quase que totalmente alcançada por trabalho formalizado, ficando parte da renda dependente de “bicos” informais. Trata-se de um número de famílias nesta faixa de renda de quase 81%, estes em massa inscritos em programas sociais do Governo Federal. O Programa Bolsa família é uma unanimidade. Poucos casos nestas áreas não estão beneficiados pelo programa.

Ainda temos a participação de rendimentos oriundos dos benefícios de prestação continuada e aposentadorias, em algumas famílias, como principal fonte de renda formalizada. Nestes casos, os arranjos familiares são bem diversificados, onde a presença de idosos indica uma grande dependência financeira dos mais jovens.

Assim, nas áreas estudadas, a renda é comprometida em boa parte com o pagamento de aluguel, muitas vezes em imóveis de péssimas condições, em áreas que apresentam risco para a sobrevivência da família, contribuindo para a permanência dessas famílias na mesma situação financeira, de poucos recursos, e de pouca perspectiva, principalmente imobiliária.

Gráfico 3: Composição da renda familiar das famílias em assentamentos precários.



9.10.4- Escolaridade – deficiência de atendimento na primeira infância e no ensino médio:

No quesito escolaridade ainda temos muito que avançar, na pesquisa 36% apresentaram apenas parte do ensino fundamental, o que é acentuado no sexo masculino quando chefes de família.

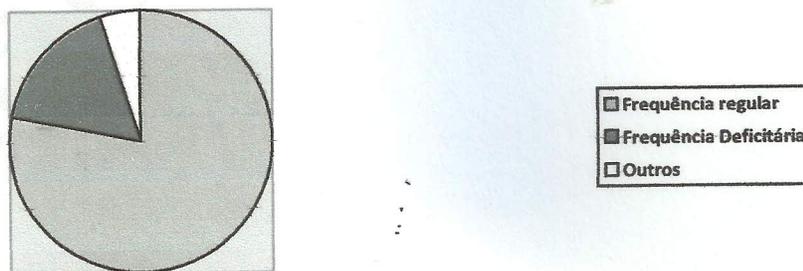
Quanto a escolaridade dos cônjuges não é muito diferente, mas há uma melhoria nos números 21% de conclusão do ensino fundamental e 24% do ensino médio. Em relação aos demais membros da família com 18 anos ou mais, verifica-se maior escolaridade entre os jovens de 18 a 24 anos e os adultos de 25 a 39 anos, em comparação aos mais velhos, indicando ganhos para as gerações mais jovens.

Enquanto mais da metade dos jovens de 18 a 24 anos e dos adultos com até 39 anos havia concluído o nível médio, entre as pessoas de 40 anos e mais esta relação se inverte, sendo de 84% a proporção dos que não concluíram o ensino fundamental.

Já quando observamos às crianças de seis anos a frequência escolar é total, com raras exceções. Esta frequência difere entre os níveis de ensino; ela é mais restrita na educação infantil, ampliada no ensino fundamental e de cobertura parcial no ensino médio. Nesse último, a menor frequência associa-se, sobretudo, às limitações de conclusão do nível fundamental.

A frequência ao ensino fundamental é confirmada com o fato de que 99,9% das crianças e adolescentes de sete aos 14 anos encontrarem-se na escola, sem diferenças entre as áreas observadas. Todavia, a evasão escolar no ensino fundamental é mais presente, na faixa etária, de adolescentes e jovens entre 15 e 17 anos (18%). Diferentemente, no ensino médio apenas 78% dos jovens tem frequência regular, o que deixa-nos a pensar que o afunilamento do ensino embora esteja diminuindo ainda está presente nessas comunidades economicamente mais carentes.

Gráfico 4: Jovens com frequência regular no ensino médio.



Fonte: Pesquisa de campo do Diagnóstico Participativo

9.11- Realidade Habitacional:

9.11.1- Déficit Habitacional Atual:

Estão todas aquelas necessidades só sanadas via constituição de um novo domicílio – seja pela necessidade de substituir o domicílio existente (déficit por substituição: casas de taipa, condições precárias, áreas de risco), seja pela necessidade de construir um novo domicílio

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - PE

para atender a formação de novas famílias (déficit por complemento: alugueis, casas cedidas, amontoado de famílias em um único domicílio).

O déficit por substituição é composto pelos domicílios rústicos, construídos com materiais impróprios, que precisam ser substituídos, bem como por aqueles situados em áreas de risco ou impróprias à ocupação, e ainda por aqueles onde será realizada obra pública que demandará sua remoção. Estas situações estão sempre associadas a um assentamento precário (favela, cortiço, loteamento, etc.) e, por esta razão, são facilmente identificáveis no território, através do cadastro social da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O número de domicílios a substituir – *déficit por substituição* - foi calculado pelos técnicos envolvidos para cada um dos assentamentos existentes. Ou seja, cada assentamento foi previsto ao menos a construção de 100 unidades habitacionais, na zona rural e 1.000 unidades habitacionais na zona urbana.

Quando relacionamos o *déficit por complemento*, ou seja, de moradias novas para o atendimento do crescimento demográfico é difuso, pode ocorrer em todo o território municipal e não está necessariamente associado à cidade formal ou informal. Estas novas moradias podem atender à formação de novas famílias, em função do crescimento demográfico ou da eliminação da coabitação familiar indesejada.

A coabitação familiar indesejada é a de pessoas ou famílias que moram no mesmo domicílio, mas desejam abandonar a circunstância de coabitação, mudando-se para uma casa própria. Para estimar esta demanda, utilizamos os dados da Secretaria Municipal de Assistência Social que aponta 134 famílias nesta situação. O déficit por crescimento demográfico futuro está estimado em 200 novos domicílios.

A soma dos dois tipos de déficit – por substituição e por incremento em função da coabitação familiar indesejada - totaliza cerca 1.500 domicílios.

Tabela 4: Déficit habitacional:

Área	Domicílios Improvisados	Famílias Conviventes	Cômodos	Domicílios Rústicos	Domicílios Alugados
Urbana	19	108	108	1.445	189
Rural	06	26	26	189	0
Total	25	134	134	1.634	189

Tabela 5: Material Predominante nas paredes externas das casas

Alvenaria com revestimento	Alvenaria sem revestimento	Taipa revestida	Taipa sem revestir	Outros materiais	Total de Domicílios
1686	55	123	66	1.445	3.375

9.11.2- Inadequação Habitacional:

Apresenta todas aquelas necessidades de adequação da moradia existente: urbanística (redes de infraestrutura insuficientes ou impróprias, existência de área de risco, carência de áreas verdes, equipamentos sociais), de natureza fundiária (irregularidade ou ausência da posse), ou da edificação (seja por falta de condições de segurança, salubridade, conforto, seja por não contar com espaço interno suficiente para cada um dos quatro tipos de função –

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - PE

dormir, se higienizar, cozinhar e estar). Neste grupo as moradias não precisam ser substituídas por uma nova moradia, mas sim readequadas, de forma a sanar a precariedade ora existente.

Os programas habitacionais de atendimento a esses assentamentos devem considerar, portanto, ações que combatam a inadequação da moradia em seus diferentes aspectos – fundiários, urbanísticos e da edificação. Para quantificar estas ações e melhorar o atendimento dos programas, os assentamentos foram cadastrados na Secretaria Municipal de Assistência Social, com informações sobre sua situação fundiária e urbanística.

A inadequação fundiária é considerada como a falta de documentação que comprove a posse ou propriedade do imóvel, seja por razões legais, fundiárias. Esta situação é devidamente identificada pela Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Tributos. A irregularidade fundiária que ocorra de forma isolada (apenas para um único domicílio) no território não é considerada neste Plano.

A inadequação urbanística é considerada como a falta total ou parcial de redes públicas de infraestrutura e serviços (abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, iluminação pública, pavimentação, drenagem e coleta de lixo).

Em função da combinação entre inadequações urbanística e fundiária, os assentamentos foram classificados em grupos, conforme ilustra o quadro abaixo. Esta categorização serviu de base para a estimativa de custos dos serviços a executar para sua adequação e regularização fundiária e urbanística. São considerados inadequados também os domicílios situados em cortiços. Neste caso não se aplicam os conceitos de irregularidade urbanística e fundiária, uma vez que a inadequação se refere às condições do imóvel.

A quantidade de domicílios em cada um destes tipos de assentamento por região administrativa está representada na tabela a seguir.

Tabela 6: Inadequação Habitacional

Situação	Zona Urbana	Zona Rural	Geral
Inadequação Fundiária	985	578	1.263
Adensamento Excessivo	23	06	36
Domicílios Sem Banheiro	93	62	155
Inadequação Estrutural	96	72	168
Fossa séptica	133	209	342
Carência de Infraestrutura Urbana	-	-	-
Esgotamento Sanitário	102	-	102
Iluminação Elétrica	12	26	38
Pavimentação	642	-	642
Abastecimento de Água	122	38	160
Coleta de Lixo	-	-	-

Além da inadequação fundiária e urbanística, existe a inadequação da edificação propriamente dita. Este grupo abrange todos os domicílios situados em cortiços e aqueles sem espaço interno suficiente para as funções do espaço da moradia. Estes domicílios podem ser tratados, como veremos, pelo Programa de Requalificação de Moradias, que associa a

assessoria técnica, a obtenção de recursos para reforma e ampliação das moradias pelos próprios moradores.

Os loteamentos clandestinos são considerados neste Plano como um tipo de assentamento precário, que é composto por uma ou mais das seguintes condições: moradia coletiva, multifamiliar, constituída por uma ou mais edificações em um mesmo lote urbano, subdivididas em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título; com várias funções exercidas no mesmo cômodo; com acesso e uso comum dos espaços não edificadas e instalações sanitárias; com circulação e infraestrutura, no geral, precárias e superlotação de pessoas.

A Secretaria Municipal de Assistência Social apresentou a existência de 146 domicílios nesta situação, no território urbano. Fora a existência de 198 domicílios sem espaço interno suficiente para o exercício das quatro funções básicas do morar – dormir, preparar alimentos, se higienizar – que podem estar dentro ou fora dos assentamentos precários.

9.11.3- Distribuição do Déficit Habitacional por Área:

9.11.3.1- Apresentação:

As estimativas de quantidades sobre cada tipo de necessidade habitacional foram cruzadas com informações qualitativas sobre a existência de redes de infraestrutura, de áreas de risco, os graus de vulnerabilidade social e indicadores de saúde, para obter um quadro abrangente das condições de moradia no território municipal. Estes indicadores foram ponderados para cada assentamento. Assim cada área foi estudada neste Plano para o planejamento das ações integradas, não só no âmbito habitacional, como com as demais secretarias municipais, órgãos públicos estaduais e federais. As áreas foram denominadas e agrupadas em cinco graus de precariedade habitacional – muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo.

A Zona urbana seguida do povoado de Lagoa do Oiteiro (Comunidades próximas: Beleza, Serra do Espinhaço, Alto da Vaquejada, Monte Verde) são as que apresentam a maior quantidade e os maiores indicadores de precariedade dos assentamentos, o que confirma a necessidade de manter os programas especiais de Assistência Social, voltados para estas áreas.

Já nas regiões Chã de Mautez (abrangendo as comunidades de Jacaré, Galileia, Canafistula, Bofe, Tamboatá, Borboleta, Barro Branco, Angústia, Santa Márcia, Cavalcanti Tamataúpe, Barra Nova, Assentamento Mundo Novo) e Chã das Mulatas (abrangendo as comunidades de Vera Cruz, Estação de Monta, Gamileira, Boa Vista, Bandeirantes, Chã de carvão, Campina, Barro Vermelho, Água Branca, Serra do Canal, Engenho Crimeia e Boa Fé), tem a situação ambiental bastante frágil – com incidência de deslizamentos e difícil acesso nos períodos mais chuvosos. Em seguida, as situações mais precárias encontram-se na área da periferia urbana, pois estão frágeis de escorregamento, apresenta de encostas e falta de saneamento público.

9.11.3.2- Diretrizes de Atuação nos Assentamentos Precários

Esta caracterização permite concluir que as áreas observadas, loteamentos irregulares apresentam hoje um alto grau de consolidação física e urbanística na cidade, comprovada pela cobertura das redes de infraestrutura, pelas características construtivas das moradias e pelo tempo de residência dos chefes de família.

Por outro lado, suas famílias, embora empregadas nos setores formal ou informal, apresentam rendimentos inferiores a 3 (três) salários mínimos, insuficientes para atendimento de todas as necessidades de consumo familiar. Isto, por si só, já aponta a dificuldade destas famílias em acessar programas de aquisição financiada da casa própria. Por outro lado, reforça a importância dos programas de urbanização e regularização fundiária, como diretriz para manter as famílias nos locais de moradia que ajudaram a consolidar.

As características de escolaridade reforçam a necessidade de implantação de equipamentos e serviços de educação para a melhoria da qualidade do ensino fundamental, de modo a possibilitar aos jovens a conclusão desta etapa de ensino e o ingresso no nível médio. Também aponta a necessidade de provisão de equipamentos e serviços para o nível médio, já que há um *déficit* nesta faixa etária que não são atendidos por estes equipamentos.

É fundamental a associação dos programas habitacionais a programas educacionais e sociais, visando melhorar o acesso das crianças e jovens aos serviços educacionais e o acesso de jovens e adultos a postos de trabalho com melhor remuneração.

9.11.3.3- Necessidades Habitacionais por Área

Tabela 7: Necessidades Habitacionais dos domicílios da Área 1: **Chã de Mautez**
Abrangendo as comunidades de Jacaré, Galileia, Canafistula, Bofe, Tamboatá, Borboleta, Barro Branco, Angústia, Santa Márcia, Cavalcanti Tamataúpe, Barra Nova, Assentamento Mundo Novo.

Déficit Habitacional		154
Situação	Número	
Incremento de Estoque	128	
Ônus Excessivo com Aluguel	-	
Inadequação Estrutural	18	
Adensamento Excessivo	04	
Inadequação Fundiária	59	
Carência de Infraestrutura Urbana	-	
Esgotamento Sanitário – Fossa séptica	58	
Iluminação Elétrica	09	
Abastecimento de Água	09	
Coleta de Lixo	-	
Unidade Sanitária Domiciliar Específica	27	

Tabela 8: Necessidades Habitacionais dos domicílios da Área 2: **Lagoa do Oiteiro**
Abrangendo as comunidades próximas de Beleza, Serra do Espinhaço, Alto da Vaquejada, Monte Verde.

Déficit Habitacional		219
Situação	Número	
Incremento de Estoque	209	
Ônus Excessivo com Aluguel	-	
Inadequação Estrutural	39	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - PE

Adensamento Excessivo	07
Inadeguação Fundiária	145
Carência de Infraestrutura Urbana	-
Esgotamento Sanitário – Fossa séptica	92
Iluminação Elétrica	12
Abastecimento de Água	17
Coleta de Lixo	-
Unidade Sanitária Domiciliar Específica	29

Tabela 9: Necessidades Habitacionais dos domicílios da Área 3: **Chã das Mulatas:** Abrangendo as comunidades de Vera Cruz, Estação de Monta, Gamileira, Boa Vista, Bandeirantes, Chã de carvão, Campina, Barro Vermelho, Água Branca, Serra do Canal, Engenho Crimeia e Boa Fé.

Déficit Habitacional	
Situação	Número
Incremento de Estoque	163
Ônus Excessivo com Aluguel	-
Inadeguação Estrutural	15
Adensamento Excessivo	02
Inadeguação Fundiária	74
Carência de Infraestrutura Urbana	-
Esgotamento Sanitário – Fossa séptica	59
Iluminação Elétrica	04
Abastecimento de Água	12
Coleta de Lixo	-
Unidade Sanitária Domiciliar Específica	06

Tabela 10: Necessidades Habitacionais dos domicílios da Área 4: **Zona Urbana** Abrangendo os bairros: Centro I (Avenida Carlos Gomes Pereira, Rua Projetada 26, Rua Joaquim Cadena, Rua Inspetor Severino Tico, Rua José Vicente de Moura, Rua Jerônimo de Farias Neto), Centro II, Loteamento Nossa Sr. Fátima (Ruas projetadas 01 e 09), Loteamento Santa Iracema, Loteamento Santo Antônio, Loteamento Santa Alice, Loteamento Boa Fé, Loteamento Santa Ana, Loteamento Buenos Aires, Loteamento Santa Ana 2, Loteamento Santa, Loteamento Correia e Vila São Luiz (Rua João de Holanda Cavalcante Wanderley, Travessa do Cemitério, Alto São Sebastião, Rua Jurandir de Lima, Rua Vereador Nelson Marques, Rua José Faustino, Rua Pedro Monteiro Leite, Rua Manoel Jerônimo de Farias e Rua Manoel Monteiro Dias).

Déficit Habitacional	
Situação	Número
Incremento de Estoque	1.000
Ônus Excessivo com Aluguel	124
Inadeguação Estrutural	96
Adensamento Excessivo	23
Inadeguação Fundiária	985
Carência de Infraestrutura Urbana	-
Esgotamento Sanitário – Rede de esgoto	235

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - PE

Iluminação Elétrica	12
Abastecimento de Água	122
Coleta de Lixo	-
Unidade Sanitária Domiciliar Específica	93

9.11.4- Previsão de Crescimento Futuro:

Estabelecendo metas é possível vislumbrar um crescimento benéfico às comunidades mais carentes de nosso município. A questão habitacional é sem dúvida estruturante Com

9.11.4.1- Cálculo da Demanda Demográfica Futura:

A fim de verificar a demanda demográfica futura de Buenos Aires por habitação, utilizou-se o cálculo divulgado pelo Ministério das Cidades, no ano de 2009, intitulado Demanda Futura por Moradias no Brasil 2008-2023: uma abordagem demográfica, que apresenta estimativas para todos os municípios brasileiros no período de 2003 a 2023.

Tabela 11 : Demanda Demográfica Futura de Buenos Aires:

Ano de Referência	Número de Domicílios por Ano
2013	3.558
2014	3.643
2015	3.811
2016	3.895
2017	3.980
2018	4.065
2019	4.155
2020	4.250
2021	4.340
2022	4.430
2023	4.520

9.11.4.2- Fontes utilizadas:

- Lei Federal 6.766/1979 – Atividade de parcelar o solo urbano por meio do loteamento e desmembramento.
- Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades) - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece as diretrizes gerais da política urbana
- Lei Federal 11.124/2005 de 16 de Junho de 2005 - dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.
- Decreto Nº. 5.796, de 6 de junho de 2006. Regulamenta a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - PE

- Resoluções, instruções Normativas e portarias do CGFNHIS.

- Leis Municipais:

- Lei n.º 446/2003 – Ementa: Altera a Lei n.º 202/1984 para acrescer o Perímetro Urbano e dá outras providências.

- Lei n.º 202/84 – Delimita o quadro urbano do Município de Buenos Aires.

9.12- Propostas Habitacionais:

9.12.1- Oferta de Unidades Habitacionais:

Tabela 12: Área 1: Chã de Mautez

Abrangendo as comunidades de Jacaré, Galileia, Canafistula, Bofe, Tamboatá, Borboleta, Barro Branco, Angústia, Santa Márcia, Cavalcanti Tamataúpe, Barra Nova, Assentamento Mundo Novo.

Déficit Habitacional	154
----------------------	-----

Situação	Número
Incremento de Estoque	128

Tabela 13: Área 2: Lagoa do Oiteiro

Abrangendo as comunidades próximas de Beleza, Serra do Espinhaço, Alto da Vaquejada, Monte Verde.

Déficit Habitacional	219
----------------------	-----

Situação	Número
Incremento de Estoque	209

Tabela 14 : Área 3: Chã das Mulatas

Abrangendo as comunidades de Vera Cruz, Estação de Monta, Gamileira, Boa Vista, Bandeirantes, Chã de carvão, Campina, Barro Vermelho, Água Branca, Serra do Canal, Engenho Crimea e Boa Fé.

Déficit Habitacional	170
----------------------	-----

Situação	Número
Incremento de Estoque	163

Tabela 15: Área 4: Zona Urbana

Abrangendo os bairros: Centro I (Avenida Carlos Gomes Pereira, Rua Projetada 26, Rua Joaquim Cadena, Rua Inspetor Severino Tico, Rua José Vicente de Moura, Rua Jeronimo de Farias Neto), Centro II, Loteamento Nossa Sr. Fátima (Ruas projetadas 01 e 09), Loteamento Santa Iracema, Loteamento Santo Antônio, Loteamento Santa Alice, Loteamento Boa Fé, Loteamento Santa Ana, Loteamento Buenos Aires, Loteamento Santa Ana 2, Loteamento Santa, Loteamento Correia e Vila São Luiz (Rua João de Holanda Cavalcante Wanderley, Travessa do Cemitério, Alto São Sebastião, Rua Jurandir de Lima, Rua Vereador Nelson Marques, Rua José Faustino, Rua Pedro Monteiro Leite, Rua Manoel Jerônimo de Farias e Rua Manoel Monteiro Dias).

Déficit Habitacional	1.045
----------------------	-------

Situação	Número
Incremento de Estoque	1.000

9.12.2- Disponibilidade de Solo Urbanizado:

O poder público municipal tem investido sistematicamente em infraestrutura, principalmente nas áreas menos favorecidas até então, inclusive, com o apoio dos governos estadual e federal na liberação de recursos. De tal forma que, trata-se de uma área em que, a urbanização ocorre de forma ordenada e planejada, o que possibilita implementar ações efetivas que visem a solução do problema habitacional local destacando, ainda, que as áreas vazias disponíveis são de domínio municipal e servirão a esse propósito.

Conforme indicado nos quadros de necessidades habitacionais apresentados neste diagnóstico, observa-se que a demanda por novas habitações é de 1.000 novas unidades na área urbana e de 500 na zona rural. Há de se ressaltar que o centro da cidade não comporta novas construções, mesmo porque, há casos em que as famílias precisam ser removidas devido à proximidade dos domicílios às áreas de risco, de tal forma que, a produção de novas casas precisa ocorrer em outras faixas do território municipal que, evidentemente, apresente a infraestrutura necessária ou viabilidade de ser implantada.

Uma solução possível é a instalação das famílias em novos loteamentos. Trata-se de área que, ainda que não apresente infraestrutura, em sua totalidade, são adequadas e passíveis de urbanização. A utilização das áreas vazias ali existentes pode se dar, tanto na doação isolada de lotes para as construções quanto na demarcação de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) para atender às famílias com renda de até 03 salários mínimos, através de compra, em processo licitatório pertinente. A área total disponível é de 491.200m² (Quatrocentos e noventa e um mil e duzentos metros quadrados) a qual indicamos parte desta área para constituição de ZEIS no Município, cuja unidade de loteamento, conforme política municipal vigente é de 200 m² (duzentos metros quadrados) com dimensões 10 m x 20 m, perfazendo um total de 2.456 lotes. Quantitativo este bem acima do necessário para garantir a construção das unidades habitacionais de incremento para política municipal de habitação.

Esta área disponível não é de propriedade pública, assim gradativamente no desenvolvimento de cada projeto implantado serão negociados, os lotes e áreas que sejam de interesse do município para execução das obras.

Atualmente o hectare de terra na zona urbana tem sido negociado a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), enquanto que na zona rural a mesma dimensão fica em torno de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). O desgaste financeiro necessário nesta etapa será principalmente relacionado a zona urbana, visto que já são organizados loteamentos privados. Na zona rural a destinação de lote para construção de uma nova unidade habitacional não é problema, visto que a cedência para este fim é cultural entre familiares e vizinhos.

9.12.3- Condições de Acesso às Modalidades de Intervenção e Financiamento:

Quando nos referimos à porta de entrada colocamos todas as prioridades que serão observadas para beneficiar esta ou aquela família.

Nas modalidades de financiamento para benefício habitacional é necessário uma série de procedimentos legais, formais onde o beneficiado precisa apresentar documentação exigida, além de declarações diversas onde se compromete formalmente com as exigências de cada projeto. Cada projeto tem suas peculiaridades, tanto do aspecto documental, como da vivência das etapas do projeto. Assim, cabe ao beneficiado adequar-se as exigências pontuais dos projetos a que tem interesse de se submeter.

Como se trata de comunidades, famílias que não têm conhecimento aprofundado sobre as exigências legais dos projetos de habitação, cabe a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Departamento de Habitação esclarecer para este público as minúcias dos projetos, facilitando a compreensão e mobilizando a população para o atendimento das exigências do projeto.

Relacionamos como condições básicas ser maior de dezoito anos, ter renda mensal de até 03 salários mínimos, ser residente no município há no mínimo 02 (dois) anos, ser parte de arranjo familiar já constituído, possuir a documentação básica: RG, CPF e Título de eleitor, válidos, sem pendências com o Poder Judiciário.

9.12.4- Produção de Moradias Realizadas pela População:

Parte importante neste processo habitacional é a participação popular, assim uma possibilidade que deve ser levantada é a de que as unidades habitacionais sejam construídas em parceria com os beneficiados.

Esta iniciativa muitas vezes torna o bem adquirido mais significativo, pois o beneficiado participa efetivamente do processo. A unidade habitacional passa a ter um novo aspecto, e importante aspecto, o do empenho, do trabalho braçal.

Para realização desta modalidade é importante que os técnicos responsáveis pelo projeto estejam muito seguros e tenham um bom domínio da logística a ser entregue, pois a construção não pode ser prejudicada com desperdícios de material, o prazo estabelecido não pode extrapolar, as normas de segurança da obra precisam ser obedecidas.

9.12.5- Programas Municipais já iniciados, executados:

Em Buenos Aires hoje a questão habitacional já tem sido vista, mas ainda de forma bem tímida. O projeto de aluguel social que beneficia aproximadamente 20 famílias já tem uma história longa na cidade. As famílias beneficiadas são cadastradas e acompanhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através do CRAS e mensalmente recebem uma ajuda de custo para pagamento de aluguel na zona urbana do município.

Outro projeto iniciado foi parte do programa "Minha casa, Minha vida" do Governo Federal, que irá beneficiar 40 famílias, mas que ainda não teve as obras iniciadas. Para estas famílias foram cadastradas e estão vivenciando o Projeto Social contratado para este Programa.

Apesar destas iniciativas sabemos que ainda precisamos avançar muito nesta área, o déficit habitacional é bem maior do que estamos atendendo através dessas ações. E esta certeza tomamos de vontade de melhorar a qualidade de vida desta população que já enfrenta tantos desafios e dificuldades sociais e econômicas.

9.13- Recursos Municipais:

O anseio de melhorar a vida da população é latente, mas por se tratar de um município de pequeno porte, sem renda significativa, tendo que honrar suas obrigações legais basicamente com os repasses do FPM que em 2012 foi de R\$ 1.698.819, 18 (um milhão, seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e dezenove reais e dezoito centavos), fica cada vez mais distante a ideia de resolver os problemas de habitação de forma independente.

Com receita mensal baseada principalmente nos repasses da União e com despesas fixas (folha de pessoal, encargos, água, luz, telefone, combustível) que já ultrapassam a barreira dos 87% de toda a receita, fica inviável sonhar com as soluções habitacionais partindo da iniciativa municipal, serão necessários muitos investimentos estaduais e federais para que possível à melhora efetiva da realidade local.

9.13.1- Condições Institucionais e Administrativas:

O município de Buenos Aires tem sua organização institucional e administrativa bem enxuta, contando com 428 funcionários de diversas áreas de formação, este quadro funcional bem distribuído nas 9 (nove) secretarias municipais (Educação, Saúde, Habitação/Ação Social, Saneamento/Agricultura, Estradas/Rodovias, Administração, Assuntos Jurídicos, Finanças, Urbanismo), e conseqüentemente nas respectivas diretorias e coordenações.

Nos prédios públicos são oferecidos serviços diversos de saúde, educação, esportes, cultura, assistência social e técnica para os municípios.

Além dos prédios de gestão municipal do Poder Executivo, o município conta com 01 (uma) agência bancária (Banco do Brasil); 01 (uma) agência dos Correios e 01 (uma) Delegacia de Polícia.

Oferecendo serviços comerciais aproximadamente 340 empreendimentos diversos no comércio local com horário comercial de atendimento. Os segmentos de maior frequência são os voltados para as necessidades básicas alimentação e remédios.

9.13.2- Fontes Potenciais de Recursos:

Vislumbramos como principal parceiro para execução do PMHIS o Governo Federal através do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social, em seus programas de acesso e financiamento de unidades habitacionais para famílias com até 03 salários mínimos.

Outros importantes parceiros neste cenário serão o Governo Estadual e a iniciativa privada, o terceiro setor, que serão provocados para que este Plano não fique apenas no papel, mas que possa ser instrumento de planejamento e de orientação para concretização da resposta aos anseios e as necessidades da população de Buenos Aires.

Sabemos, no entanto, que a política de habitação deve ter início no âmbito municipal, com esta ciência pretendemos colocar em pauta nas discussões do orçamento municipal, previsões de investimentos para dar início a transformação da realidade habitacional de nossos municípios de forma prioritária, coesa com as demais políticas públicas.

10- PLANO DE AÇÃO:

10.1- Diretrizes de Aplicação do PMHIS de Buenos Aires:

- a) Atender, prioritariamente, à população com renda de até 3 salários mínimos no oferecimento de condições de moradia digna observando, sempre, as famílias de menor renda para atendimento;
- b) Utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social;
- c) Zelar pela sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projeto implementados;
- d) Adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;
- e) Promover o desenvolvimento institucional, visando atuação eficaz na gerência e aplicação da política habitacional municipal;
- f) Integrar o desenvolvimento habitacional à política urbana, social e ambiental considerando a inter-relação desses setores;
- g) Atuar na eliminação gradativa do risco a que estão submetidas as famílias, cujos domicílios estão localizados em áreas precárias;
- h) Atuar na melhoria e regularização habitacional dos domicílios consolidáveis, localizados em Assentamentos Precários;
- i) Oferecer suporte técnico às iniciativas individuais ou coletivas da população para produzir ou melhorar sua moradia;
- j) Garantir, em caso de necessidade de remoção de famílias em áreas de risco, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas;
- k) Implementar programas de reabilitação física e ambiental de áreas de risco ocupadas;
- l) Aprimorar o banco de dados de áreas públicas, garantindo informações atualizadas a cerca da origem, destinação, uso e regularidade perante o Registro de Imóveis, identificando imóveis aptos a viabilizar programas habitacionais;
- m) Aperfeiçoar a legislação municipal sobre o setor habitacional;

- n) Articular as instâncias municipal, estadual e federal para implementar projetos habitacionais, a fim de aumentar disponibilização de recursos a serem aplicados em habitação no município;
- o) Fortalecer a participação popular com a atuação mais efetiva do Conselho Gestor Habitacional Municipal;
- p) Estimular e apoiar as famílias na aquisição de financiamentos habitacionais, que se enquadrem na sua disponibilidade de renda, a fim de produzir ou melhorar seus domicílios.

10.2- Fortalecimento da Família:

Colocamos neste grupo a importância de fortalecer a família como célula principal da política habitacional do município, visto que a Secretaria Municipal de Assistência Social precisa acompanhar de perto as famílias envolvidas neste processo, sendo este um grupo de maiores necessidades socioeconômico, pois estamos relacionando famílias com renda de até 03 salários mínimos. Desta muitas com a renda comprometida por aluguel.

Para tornar este Plano de efeito positivo nesta família não somente o aspecto habitacional deverá ser visto, mas e principalmente, o engajamento de novas iniciativas para geração e melhoria da renda familiar. Não deixando de lado o estabelecimento de regras mínimas para o comprometimento destas famílias durante o processo. Participando estas ativamente de reuniões, palestras, cursos... Comprometendo-se com a manutenção da unidade habitacional e estabelecendo algumas restrições legais sob a posse da UH, durante um determinado período, haja vista o interesse social de permanência da família no novo imóvel.

10.3- Objetivos, Metas, Prioridades, Ações e Indicadores:

10.3.1 -Priorização das Intervenções por Programa:

A etapa de priorização compreende a seleção de critérios que caracterizam o grau de precariedade de um assentamento. Os critérios definidos pela equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social para identificar o grau de precariedade de um assentamento são quatro: incidência de risco geotécnico na área, grau de implantação das redes de infraestrutura (descritos na fase de caracterização), índices de vulnerabilidade social e índice de saúde.

A atribuição de pesos para cada critério varia de acordo com o programa habitacional. Por exemplo, para a urbanização de áreas precárias, quanto mais um assentamento for precário (do ponto de vista físico e social) maior seu grau de prioridade de intervenção.

Ao contrário, para a regularização fundiária de áreas públicas municipais, por exemplo, quanto maior o grau de precariedade do assentamento, menos urgente a intervenção, pois este programa requer um alto grau de consolidação urbanística para garantir que o título de concessão de uso especial para fins habitacionais tenha eficiência no tempo.

Os indicadores e pesos atribuídos para cada programa são variáveis definidas pelos gestores da política pública e, portanto, podem e devem mudar com o tempo. A partir do cruzamento deste cadastro com informações sobre incidência de áreas de risco, indicadores de vulnerabilidade social e de saúde, entre outros, é possível identificar quais áreas apresentam a situação mais crítica em termos físicos e sociais.

Todos os assentamentos recebem então uma nota, a partir do cruzamento das informações e da atribuição de pesos feita a cada indicador. A ponderação destes indicadores levará a uma nota para cada assentamento, que o posicionará na lista de prioridades de intervenção para cada programa.

10.3.2- Promoção Pública de Loteamentos Urbanos e Áreas Rurais Associadas à Oferta de Materiais de Construção:

-Objetivo: Firmar parceria junto à população para reduzir o déficit habitacional urbano e rural, considerando a capacidade financeira das famílias.

- Meta: Reduzir, em 20%, o déficit habitacional urbano acumulado.

- Ações:

. Destinar até 5% dos recursos do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social para execução do programa;

. Promover a participação assídua das famílias a serem beneficiadas pelo Programa;

. Urbanizar novos loteamentos, onde serão produzidas as habitações urbanas;

. Articular a Política Habitacional do município para delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, com loteamentos destinados a famílias de menor renda, bem como, reassentamentos de famílias residentes em áreas de risco;

. Destinar os recursos sob a forma de subsídio, retornável ao Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social, a fim de otimizar as ações de enfrentamento aos problemas habitacionais locais;

. Produzir 06 unidades habitacionais na Zona Urbana;

. Produzir 04 unidades habitacionais na Zona Rural.

- Prioridade de Atendimento:

Serão atendidas, prioritariamente, as famílias que precisam ser removidas das áreas de risco em especial, em Chã de Mautez, Lagoa do Oiteiro e nos bairros: Centro I, Centro II, Loteamento Correia e Loteamento Nossa Sr. Fátima. Além disso, é importante que a família demonstre a possibilidade de autoconstrução, uma vez que, o Programa não prevê mão-de-obra.

- Indicador:

Número de Unidades Habitacionais Produzidas/Número de Unidades Habitacionais Previstas.

10.3.3- Promoção de Novas Unidades Habitacionais Urbanas e Rurais:

- Objetivo: Incrementar o estoque de moradias urbanas e rurais a fim de reduzir o déficit habitacional do município.

- Meta: Reduzir, em até 80%, o déficit habitacional acumulado.

- Ações:

- . Destinar até 80% dos recursos do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social para execução do programa;
- . Fornecer o loteamento urbanizado para instalação das habitações;
- . Apresentar projetos junto ao governo estadual e federal, bem como, no âmbito do Programa e Aceleração do Crescimento – PAC a fim de alocar recursos para execução deste Programa;
- . Destinar os recursos sob a forma de subsídio, retornável ao Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social e, também, não retornável, observando a capacidade financeira das famílias cadastradas;
- . Produzir 1.000 unidades habitacionais na Zona Urbana até 2023;
- . Produzir 500 unidades habitacionais na Zona Rural até 2023.

- Prioridade de Atendimento:

Serão atendidas, prioritariamente, as famílias que precisam ser removidas das áreas de risco em Chã de Mautez, Lagoa do Oiteiro e nos bairros: Centro I, Centro II, Loteamento Correia e Loteamento Nossa Sr. Fátima, passando para o déficit fora dos assentamentos precários, quando restar resolvido o problema dentro dos Assentamentos Precários. O atendimento deve seguir, rigorosamente, a ordem de valores de renda comprovada das famílias.

- Indicador:

- . Número de Unidades Habitacionais Produzidas/Número de Unidades Habitacionais Previstas;
- . Número de loteamentos novos produzidos/Número de loteamentos novos necessários.

10.3.4- Promoção Pública ou por Autogestão de Unidades Habitacionais Rurais:

- Objetivo: Firmar parceria junto à população da Zona Rural para reduzir o déficit habitacional rural, considerando a capacidade financeira das famílias.

- Meta: Reduzir, em até 20%, o déficit habitacional rural acumulado.

- Ações:

- . Destinar até 10% dos recursos do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social para execução do programa;
- . Apresentar projetos junto ao governo estadual e federal, bem como, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC a fim de alocar recursos para execução deste Programa;
- . Promover a participação assídua das famílias rurais a serem beneficiadas pelo Programa;
- . Observar as características econômicas e sociais dos moradores rurais a serem enquadrados no Programa;

. Destinar os recursos sob a forma de subsídio oneroso e não-oneroso ao Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social, a fim de otimizar as ações de enfrentamento aos problemas habitacionais locais e considerar os aspectos sociais e econômicos das famílias que serão atendidas pelo Programa;

. Produzir 10 unidades habitacionais na Zona Rural.

- Prioridade de Atendimento:

Será observado o critério de renda e as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

- Indicador:

. Número de Unidades Habitacionais Produzidas/Número de Unidades Habitacionais Previstas.

10.3.5- Linha Programática para Melhoria Habitacional:

10.3.5.1- Promoção de Reformas de Habitações Rurais e Urbanas em Grau de Depreciação Reparável, de Baixa Qualidade Técnica ou Inacabadas:

- Objetivo: Melhorar as condições de moradia dos munícipes mais carentes das áreas urbana e rural.

- Meta: Promover reforma de, até 40%, dos imóveis identificados no diagnóstico habitacional realizado.

- Ações:

. Destinar até 5% dos recursos do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social para execução do programa;

. Apresentar projetos junto ao governo estadual e federal, bem como, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC a fim de alocar recursos para execução deste Programa;

. Observar as características econômicas e sociais dos moradores rurais a serem enquadrados no Programa;

. Reformar 168 unidades habitacionais urbanas e rurais.

- Prioridade de Atendimento:

Famílias com renda até 03 salários mínimos, cujo domicílio está sob condições de adensamento excessivo de moradores ou não apresentam unidade sanitária domiciliar específica.

- Indicador:

. Número de Unidades Habitacionais Reformadas/Número de Unidades Habitacionais Previstas para Reforma.

10.3.6- Linha Programática para Integração de Assentamentos Precários:

10.3.6.1- Regularização Fundiária:

- **Objetivo:** Assegurar a posse e a propriedade dos ocupantes das moradias localizadas nos Assentamentos Precários identificados.

- **Meta:** Promover a regularização documental de propriedade de 30% das moradias irregulares que permanecerão nas áreas precárias com melhorias, 10% das habitações localizadas fora dos Assentamentos Precários na condição de irregular e 10% das habitações irregulares da Zona Rural.

- **Ações:**

- . Esclarecer aos moradores sobre a importância de tornarem seus imóveis regulares;
- . Manter cadastro atualizado das respectivas áreas;
- . Subsidiar no todo ou em parte, as ações de regularização fundiária dos imóveis com até 5% dos recursos do Fundo Municipal de Habitação, observando a capacidade financeira das famílias;
- . Firmar parcerias junto aos cartórios de escrituração e registro de imóveis;
- . Minimizar a burocratização e agilizar os atos do processo de legalização fundiária que corram sob a responsabilidade da Administração Pública Municipal.
- . Regularizar a situação fundiária de 278 imóveis localizados na zona rural;
- . Regularizar a situação fundiária de 985 imóveis localizados na zona urbana;

- **Prioridade de Atendimento:**

Será priorizado o atendimento às habitações localizadas dentro dos Assentamentos Precários identificados.

- **Indicador:**

. Quantidade de Imóveis com situação fundiária Regularizada/Quantidade de Imóveis com situação fundiária prevista para regularização.

10.3.6.2- Eliminação das Situações de Risco dos Assentamentos Precários:

- **Objetivo:** Promover a segurança das famílias residentes nas áreas de risco observadas tanto na zona urbana quanto na zona rural.

- **Meta:** Completar em 40% as obras de defensoria civil necessárias, conforme previsão no Diagnóstico Habitacional.

- **Ações:**

- . Realizar estudos técnicos necessários à intervenção local;
- . Angariar recursos junto ao governo estadual e federal para financiamento das Obras de Defensoria Civil previstas;

. Aplicar os recursos adquiridos junto as esferas federais e estaduais, exclusivamente, para a execução de obras de eliminação de riscos aos moradores;

. Realizar obras de drenagem de encostas e desassoreamento de córrego, com limpeza do curso e renovação da vegetação ciliar;

. Firmar parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, considerando que as intervenções de defensoria civil são de natureza ambiental.

- Prioridade de Atendimento:

As áreas de encosta deverão ser atendidas passando, posteriormente, à área banhada por córregos locais.

- Indicadores:

. Percentual de obras de Defensoria Civil realizado/Percentual de obras de Defensoria Civil previsto;

. Efetividade das obras de defensoria civil na melhoria das condições de habitação e redução de riscos.

10.3.7- Infraestrutura e Urbanização:

10.3.7.1- Promoção de Serviços de Infraestrutura e Urbanização às Áreas Habitadas:

- **Objetivo:** Oferecer qualidade de moradia às famílias residentes por meio da infraestrutura urbana e rural.

- **Meta:** Completar em 60% a infraestrutura urbana e rural no Município.

- Ações:

. Angariar recursos junto ao governo estadual e federal para financiamento das obras de infraestrutura necessárias;

. Firmar parcerias a fim de completar o atendimento com saneamento básico a todos os domicílios urbanos;

. Mobilizar mão de obra junto aos moradores da Zona Rural nas ações de infraestrutura providas aos domicílios carentes desse serviço.

- Prioridade de Atendimento:

São prioritárias as obras de fornecimento de água tratada e serviço de esgotamento sanitário.

- Indicador:

. Percentual de obras de infraestrutura realizado/Percentual de obras de infraestrutura previsto.

10.3.8- Linha Programática para Desenvolvimento Institucional:

10.3.8.1- Desenvolvimento Institucional do Setor de Habitação Municipal:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - PE

- **Objetivo:** Promover o desenvolvimento institucional do setor para que a política habitacional do município seja implementada e executada com máxima efetividade.

- **Meta:** Estruturação da Gestão da Política Habitacional do Município.

- **Ações:**

. Fortalecer a atuação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social já constituído;

. Manter equipe de execução e monitoramento do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social – PMHIS;

. Criar setor responsável pela área habitacional no Município, ainda que agregado outro setor já existente na estrutura administrativa vigente;

. Revisão da legislação municipal que trata da habitação, a fim de se estabelecer critérios de seleção e atendimento das famílias beneficiárias dos programas habitacionais previstos;

. Promover a capacitação institucional dos servidores e conselheiros envolvidos na política habitacional municipal, com viabilização pelo município e, também, por meio de parcerias com a Caixa Econômica Federal e Secretarias de Habitação em âmbito estadual e federal;

- **Prioridade de Atendimento:**

O fortalecimento da atuação do Conselho de Habitação Municipal, passando para a estruturação do setor responsável pela habitação no município.

- **Indicadores:**

. Conselho atuante na política de habitação do município;

. Setor de Habitação estruturado e em pleno funcionamento;

. Execução das parcerias propostas para o desenvolvimento institucional;

. Arcabouço normativo municipal de habitação revisto e atualizado.

10.3.9- Linha Programática para Assistência Técnica:

10.3.9.1- Assistência Técnica a Autoconstruções:

- **Objetivo:** Oferecer assistência técnica às famílias de menor poder aquisitivo em seus empreendimentos habitacionais.

- **Meta:** Atender às autoconstruções de famílias de baixa renda com serviços de engenharia, de modo a garantir a qualidade das unidades produzidas.

- **Ações:**

. Manter cadastro das famílias com previsão para iniciar suas construções;

. Solicitar recursos junto ao governo estadual e federal para apoio a este programa;

. Apoiar às famílias que adquirem financiamento habitacional junto aos agentes financeiros na projeção acompanhamento técnico da obra;

. Articular este programa com a execução dos programas de produção moradia deste plano.

- Prioridade de Atendimento:

É prioritário o atendimento às famílias menor renda que realizarão a autoconstrução com recursos provenientes de financiamentos habitacionais por conta própria junto aos agentes financeiros.

- Indicador:

. Número de unidades habitacionais produzidas com acesso à assistência técnica viabilizada pelo programa.

10.4- Recursos Financeiros:

10.4.1- Provisão e Adequação de Moradias:

Identificados os reassentamentos necessários, e o déficit quantitativo dentro e fora dos Assentamentos Precários e, também, da Zona Rural, chegou-se à conclusão de que serão necessárias a produção de 1.500 novas unidades habitacionais.

Com construções em parceria e em sistema de autogestão serão 10 (dez) unidades habitacionais com custo por unidade é de R\$ 28.000,00, exceto solução de água, esgoto e energia elétrica, assim serão empregados 280.000,00 (duzentos e oitenta mil) nesta modalidade.

Na linha programática de benefício em material de construção estimamos o valor total de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), visto que serão inicialmente 10 famílias beneficiadas com o valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) por unidade construída.

Foram identificados domicílios cujo estado de conservação compromete a qualidade das residências e situações de excesso de moradores por domicílio, caracterizado pelo adensamento excessivo, mas, em contrapartida, intervenções simples podem resolver o problema sem a necessidade de produzir novas moradias. Considerando essas especificidades, apontamos ações de reformas para essas habitações, que somam ao todo 168 unidades. O desembolso para essa ação é de cerca de R\$ 1.512.000,00 (Um milhão, quinhentos e doze mil reais), tomando por base o custo unitário de reforma de domicílios de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

O grande desafio será captar recursos para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social para atender a demanda de incremento de estoque, que apesar de ser muita maior, definimos um quantitativo de 1.000 (mil) unidades na zona urbana e 500 (quinhentas) unidades na zona rural. A estimativa de custo por unidade é de R\$ 28.000,00, exceto solução de água, esgoto e energia elétrica. De maneira que, o gasto total com a produção de novas moradias ficou estimado em R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais). Este valor dividido ao longo dos dez anos que o PMHIS prevê significa um investimento anual de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais). Estas cifras vão bem além dos aportes financeiros alocados atualmente no município, o que exigirá das gestões administrativas um

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - PE

desdobramento para captar esse recurso, garantindo a realização deste, e efetivamente trabalhando com seriedade para resolução do problema habitacional no município.

O diagnóstico apontou que o quantitativo de 102 domicílios urbanos carece de ligação com a Rede de Esgotamento Sanitário, o que confere uma extensão média de 4.000 metros de rede a ser construída. Segundo dados extraídos dos arquivos do Setor de Convênios Municipal, o metro linear de rede construída fica por R\$ 110,00, totalizando um gasto de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais) sendo para este necessário projeto técnico, e aprovação do CPRH para que seja permitida sua execução.

Quase todos os domicílios urbanos do município estão ligados à Rede de Abastecimento de Água. Entretanto, em razão da abertura de novos loteamentos e surgimento de construções novas, surge, também, a necessidade de ampliação do atendimento com esse serviço. Verificou-se que 122 habitações daquela localidade não possuem abastecimento de água, demandando a ampliação da rede de abastecimento já existente. No ano de 2010 a Prefeitura firmou convênio com a Secretaria de Infraestrutura a fim de executar obra de Ampliação de Rede de Abastecimento de Água na referida área, de forma que, usando como referência o investimento realizado na ocasião, consideramos o valor de R\$ 52,00 por metro linear de rede, significando a necessidade de aplicação de R\$ 52.000,00 numa extensão de 1000 m de rede.

É importante ressaltar que as ações de Ampliação das Redes de Esgoto e de Abastecimento de Água devem estar em conformidade com a execução do Programa de Governo local para Saneamento que foi apresentado em janeiro de 2008, consistindo, dentre outras funções, a previsão de prover o serviço de coleta e tratamento de 100% do esgoto até o ano de 2018 e o abastecimento de água pelo período de 30 anos.

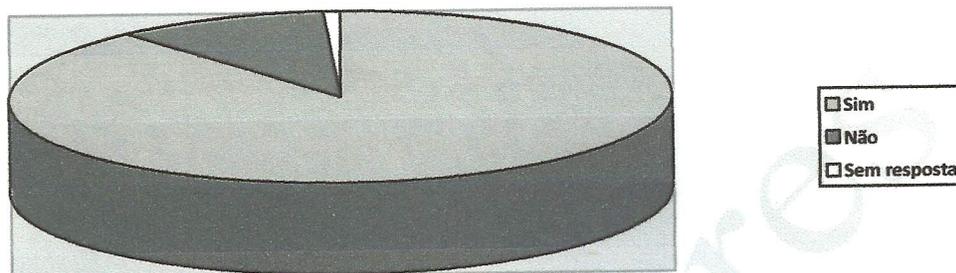
As soluções de água e esgoto para o meio rural têm suas especificidades. Para tanto, indicamos a construção de fossas sépticas com sumidouros e poços, para atendimento à demanda rural por saneamento. Segundo estimativas a ação de construção de fossas sépticas com sumidouros fica estimada em R\$ 800,00 por unidade. Enquanto que, a construção de poços alcança a quantia de R\$ 500,00 por unidade. De maneira que, serão necessários R\$ 186.200,00 (cento e oitenta e seis mil e duzentos reais) para aplicação em saneamento na Zona Rural, visto que serão 38 famílias beneficiadas quanto ao abastecimento de água através de poços e 209 no tocante a instalação de fossa séptica.

Continuando neste aspecto, atentamos para instalação de 155 (cento e cinquenta e cinco) unidades sanitárias domiciliares, que tem valor unitário R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), conforme informações do Serviço de Engenharia Municipal, a estimativa de recursos para aplicação, conforme apuração é de R\$ 232.500,00 (duzentos e trinta e dois mil e quinhentos reais).

O quantitativo de 38 habitações instaladas nessas novas áreas (urbanas e rurais) não possui serviço de iluminação elétrica, uma vez que, é necessário que se realize extensão de rede elétrica, avaliada em R\$ 30.000,00 para a localidade. A adesão aos Programas Clarear e Luz para Todos, do governo federal, contribuirá para resolução do problema, sendo recomendável que a Prefeitura atue, solicitando a inclusão das famílias do Município na agenda de atendimento dos Programas.

A extensão aproximada de 3.000 m² de ruas em que se localizam as 642 instalações domiciliares pesquisadas, que requerem obras de pavimentação urbana. Segundo planilhas de convênios de pavimentação firmados junto à Secretaria de Infraestrutura o custo por m² de pavimentação de R\$ 60,00, significando necessidade de aporte de R\$ 399.856,86 em recursos.

Gráfico 5: Número de Unidades Habitacionais com unidade sanitária.



10.4.2- Regularização Fundiária:

Verificou-se que o quantitativo de 1.263 habitações, rurais e urbanas, apresenta situação fundiária irregular. Há casos em que o proprietário detém somente recibo de compra e venda ou cessão de posse e não tem o registro no Cartório competente, havendo, também, situações em que o morador não tem documento algum do imóvel de que dispõe.

Nesta caso, utilizamos como referência o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por domicílio nas ações de regularização fundiária, conforme estabelecido pelo Ministério das Cidades por meio do Programa “Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários: Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas”, o que totaliza um dispêndio de R\$ 4.925.000,00 (Quatro milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais), em 985 domicílios.

Já na área rural, estimamos que as 278 propriedades a regularizar, totalizam uma área de 180 alqueires, em que, tomando por base o valor médio de regularização por alqueire de R\$ 450,00 (Fonte: Registros de Propriedades disponíveis na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente), chegamos à quantia de R\$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais) para minimizar o problema de natureza fundiária na Zona Rural.

10.4.3- Infraestrutura e Urbanização:

As áreas de infraestrutura mais precária, principalmente nos loteamentos novos e nos bairros mais antigos, como é o caso do Centro da cidade, ainda na zona rural em Chã de Mautez e Lagoa do Oiteiro que foram caracterizadas como Assentamentos Precários em razão do risco que oferecem às famílias que ali residem. Conforme já indicado anteriormente, há remoções que se fazem necessárias, identificada a impossibilidade de permanência no local pelo Serviço de Avaliações Físicas do Município. Contudo, as intervenções com a realização de obras de Defesa Civil podem garantir segurança às famílias, ressalvadas as exceções já mencionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - PE

No caso da área de localização do córrego, indicamos ações de limpeza do curso e desassoreamento e renovação da vegetação ciliar com custo estimado em R\$ 2.000.000,00, além de construção de muros de contenção em gabião estimado em R\$ 260,00 por m³ (Fonte: Planilha SINAPI/nov.2010), sendo que, numa extensão de 4.000 m³, a estimativa total de gasto realizada é de R\$ 1.040.000,00 (um milhão e quarenta mil reais).

Para a área de encostas, a intervenção mais indicada é a execução de obras de drenagem. Foi mapeada uma extensão de cerca de 2.000 m com tal carência, de forma que, considerando o custo de R\$ 550,00 por metro linear de drenagem (Fonte: Projeto de Drenagem da Prefeitura Municipal de Buenos Aires), serão necessários recursos à ordem de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais).

Para tanto, se faz importante a existência de parceria junto à Secretaria de Meio Ambiente Municipal para que as ações de intervenção ambiental sejam seguras e que produzam resultados satisfatórios não, somente, de melhoria das condições de habitação, mas, também, de sustentabilidade ambiental da malha urbana.

10.4.4- Desenvolvimento do Setor Habitacional:

Ao estudarmos as áreas em foco, percebemos que o município precisará ter uma estrutura logística para a construção dessas novas unidades habitacionais, onde não somente o material necessário seja levado em conta, como também a mão de obra a ser exigida neste processo.

Pensando nisto, também em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social serão oferecidos cursos para melhoria da renda familiar, no tocante a construção civil: pedreiro, eletricista, encanador, auxiliar de pedreiro, associativismo, cooperativismo, que possam oferecer às famílias cadastradas no Cadúnico uma nova alternativa de geração e melhoria da renda familiar.

Assim, o PMHIS terá frentes diversas de atuação, pois desde o cadastramento de famílias para o benefício habitacional, como também em estruturar a cidade para execução das obras necessárias.

Outro ponto interessante será o cadastro de pontos comerciais que possam ser fornecedor de material de construção para as obras, fazendo esquentar a economia local, que com todas estas atividades tende a crescer e gerar mais emprego e renda.

Esta estruturação se faz necessário visto a urgência da realização dos projetos habitacionais na cidade, e para esta realidade, quem vai pôr a mão na massa precisa estar preparada e pronto para o atendimento dessa demanda.

Dessa forma, a estimativa de recursos financeiros, bem como os entes financiadores dos Programas Habitacionais deste Plano Estratégico são as seguintes:

Tabela 16 : Fontes de recursos alocados para PMHIS.

Descrição
Orçamento Geral da União - FNHIS
Orçamento do Estado
Orçamento do Município - FHIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - PE

Tabela 17: Previsão de Captação e Alocação de Recursos para Execução do PMHS – Quadriênio 2014 a 2017

Descrição	2014	2015	2016	2017
Produção de Novas Moradias	4.200.000,00	4.200.000,00	4.200.000,00	4.200.000,00
Infraestrutura Pública	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
Inadequação Fundiária	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Melhorias Habitacionais	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00

10.4.5- Recursos para Financiamento Habitacional:

Estimamos os valores a seguir para cada necessidade e área estudada, relacionando as prioridades e as fontes de financiamento para execução dessas ações, as estimativas de custo, de forma detalhada, tanto na área urbana quanto rural a fim de se tornar possível a priorização de demandas para o atendimento.

Abaixo, apresentamos tabela consolidada de todo o levantamento quantitativo-financeiro realizado, para que se tenha noção mais global do volume de recursos necessários à aplicação no setor habitacional do Município.

Tabela 18 : Consolidado das Estimativas de Custo das Necessidades Habitacionais

Déficit Habitacional	1.588	28.000,00	44.464.000,00
Situação	Número de domicílios	Valor por UH R\$	Valor Total R\$
Incremento Habitacional	1.500	28.000,00	42.000.000,00
Inadequação física	168	9.000,00	1.512.000,00
Inadequação Fundiária	1.263	450,00/5.000,00	5.050.000,00
Infraestrutura	-	0,00	0,00
Abastecimento de Água	160	3.200,00	512.000,00
Drenagem Pluvial de Encostas	08	19.000,00	152.000,00
Esgotamento Sanitário	444	4.000,00	1.776.000,00
Iluminação Elétrica	38	4.000,00	152.000,00
Unidade Sanitária Domiciliar Específica	155	1.500,00	232.500,00
Drenagem	-	1.100.000,00	1.100.000,00
Desassoreamento	-	2.000.000,00	2.000.000,00
Muro de contenção	-	1.040.000,00	1.040.000,00
Pavimentação	642	622,93	399.856,86
TOTAL R\$			55.926.356,86

10.4.6- Fontes de Financiamento:

Conforme as necessidades indicadas nas tabelas n.º 07, 08, 09 e 10 do Diagnóstico habitacional deste Plano, são necessários recursos à ordem de R\$ 55.926.356,86 (Cinquenta e cinco milhões, novecentos e vinte e seis mil e trezentos e cinquenta e seis reais) para resolver o problema habitacional atual do Município, conforme tabela n.º 18 do Plano de Ação, onde são relacionados recursos mínimos as necessidades apresentadas anteriormente.

Entretanto, levantar esse volume de recursos se mostra tarefa bastante difícil, de modo que, mesmo assumindo os desafios que o setor apresenta para os próximos anos, a previsão de captação e alocação de recursos anual para aplicação nas estratégias de ação são inferiores à demanda e totaliza R\$ 4.488.014,00 (Quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil e catorze reais), faltando, portanto, a quantia de R\$ 44.880.140,00 (Quarenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil e cento e quarenta reais).

10.5 - Monitoramento, Avaliação e Revisão:

10.5.1- A Implantação do Sistema de Informações Habitacionais – SIH:

A formulação e implantação de um Sistema de Informações Habitacionais – SIH, terá a importância de organizar e manter sempre atualizados os dados quanto as necessidades habitacionais do município, deixando acessível ao Governo Municipal e demais órgãos oficiais, informações necessárias ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações voltadas para área em questão.

Neste estarão previstas não somente as aspirações municipais, mas todos os dados dos beneficiados, relações de demanda, dados qualitativos e quantitativos das atividades propostas, relacionando causa e efeito, permitindo que a Prefeitura trabalhe com base em dados atuais, para distribuição de recursos financeiros para execução das propostas.

O programa ainda permitirá ao Chefe do Executivo identificar as prioridades, as famílias necessitadas; a documentação exigida, sendo atualizado também para os novos projetos que venham a surgir nas três esferas: municipal, estadual e federal. Sendo a principal ferramenta, fonte de informação para a organização de projetos municipais no tocante a aluguel social e de regularização fundiária.

Para tornar o SIH um caminho de conhecimento aprofundado das condições sociais, habitacionais e financeiras das famílias cadastradas, alguns links como outros programas sociais serão disponibilizados, de modo a permitir que os usuários do SIH possam cruzar dados com demais bancos de dados, e filtre as informações segundo a necessidade do município. Esta ferramenta irá permitir analisar, em primeiro lugar, as condições de cada assentamento precário. Em seguida, permitiu elaborar diagnósticos mais precisos sobre as condições ambientais e habitacionais de cada região. Como estas condições são dinâmicas, a cada atualização de informações não só habitacionais como de outras secretarias, é possível avaliar a dinâmica de transformação do território, e revisar as ações previstas em cada um dos programas habitacionais que compõe a política habitacional.

Neste caso, no SIH, as informações cruzadas permitiram a elaboração dos diagnósticos regionais que consideram as condições de moradia da região associadas às condições de saneamento, segurança, saúde e educação. Sendo um importante instrumento para elaboração dos demais Planos Municipais.

O SIH estará priorizando as intervenções necessárias associando dados urbanísticos, com tributários, e principalmente os relatórios da Comissão Municipal de Defesa Civil – CMDCC, que ao apresentarem as áreas precárias, seus riscos e prioridades, nos apontam como e quando agir de imediato. Este instrumento permite aos técnicos e gestores públicos avaliar as condições do conjunto de assentamentos que compõem a demanda para um determinado

programa habitacional, de modo a identificar quais as situações mais e menos críticas. Com isto, é possível priorizar os investimentos com base em critérios técnicos claros e transparentes, acessível para gestão e representação popular através do CMHIS.

Identificamos estas prioridades, através de quatro etapas: a caracterização dos assentamentos, sua classificação, a elegibilidade dos assentamentos para as diferentes linhas programáticas do atendimento habitacional e a priorização de intervenções dentro de cada um dos programas habitacionais.

10.5.2- A Importância da Implantação do SIH no Território:

A implantação do instrumento para o planejamento permitirá a todos os técnicos da Prefeitura Municipal de Buenos Aires uma visão abrangente e integrada dos problemas habitacionais da cidade. As ações de urbanização e regularização de assentamentos precários – tanto áreas de risco como loteamentos irregulares sendo alinhadas.

Foram detectadas sobreposições com a inclusão de todas as informações num único sistema acessível e compartilhado por todos. Muitos assentamentos são implantados em áreas livres de loteamentos irregulares, e estes assentamentos devem ser tratados conjuntamente.

A atualização cadastral apontará que boa parte dos assentamentos precários e loteamentos irregulares estão imbricados em um mesmo território, o que leva à necessidade de formulação de programas de ação conjunta entre os diferentes setores da administração.

Mas, para além da constatação destas sobreposições, uma série de fatores contribuirá para a formulação de programas de ação conjunta para atendimento das diferentes demandas com foco no território. Um primeiro fato são as inovações no arcabouço jurídico que possibilitam ao poder público regularizar a posse de áreas públicas e particulares. Esses instrumentos permitem aplicar estratégias de regularização conjunta e simultânea assentamentos precários e loteamentos.

Outro fato é a consolidação da articulação institucional entre diferentes setores do governo municipal (que irá gerar a elaboração concomitante dos planos municipal de habitação e de saneamento) e entre os três níveis de governo – municipal, estadual e federal – que se reflete tanto na alocação de recursos quanto na consolidação do sistema nacional de habitação de interesse social e na elaboração dos planos nacional, estadual e municipal de habitação.

Além disso, é imperativo expandir as ações sociais praticadas isoladamente em assentamentos para envolver o conjunto de atores presentes no território e construir as redes sociais de apoio às intervenções e às ações de inclusão social e combate à pobreza. Esta ação demanda forte articulação institucional, para a implantação de equipamentos sociais de educação, saúde, assistência social e transporte público.

Por estas razões, o Plano foi elaborado tendo como premissa básica a integração das ações no território. A unidade de planejamento adotada foi de área habitacional, no interior da qual foram delimitados perímetros de intervenção integrada, conjugando diferentes programas habitacionais, de saneamento, de requalificação ambiental e urbanística, bem como de construção de redes sociais de apoio às ações públicas.

Para obter o retrato das condições de ocupação das áreas territoriais, foram aplicados critérios de priorização de intervenção para cada uma delas. Para tanto, é considerada a proporção de assentamentos precários sobre a área total do município, associada ao grau de precariedade destes assentamentos. Isto dá o retrato de quais são as mais precárias e que, portanto, deve receber maior investimento para a ação conjunta entre habitação, requalificação urbana e ambiental com inclusão social.

A visão integrada dos assentamentos por é fundamental para a compreensão dos processos de degradação ambiental e para as ações necessárias para reverter estes processos, que necessariamente apontam para a integração das políticas setoriais e entre programas internos da Secretaria Municipal de Assistência Social com reflexos positivos para o saneamento do município como um todo.

O conhecimento sobre as condições de precariedade física e ambiental, bem como de vulnerabilidade social de cada área foi somado ao conjunto de informações sobre todas as intervenções físico-territoriais (habitacionais ou não) em execução e planejadas para os próximos dez anos. *

A partir deste diagnóstico, foi possível delimitar perímetros de ação integrada no interior das áreas e planejar sua execução ao longo do tempo, em função das prioridades de intervenção. Os perímetros foram distribuídos ao longo de uma década, com metas de atendimento apresentadas. Portanto, a proposta metodológica e o diagnóstico estão evidenciando, para o município, como e quais os dados gerais sobre demanda, oferta e recursos foram obtidos na construção participativa deste Plano.

As metas e ações propostas nas Estratégias de Ação serão monitoradas constantemente por meio da elaboração de relatórios ao final de cada período coincidente com o término do exercício financeiro anual do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social, ocasião na qual, a execução deste Plano será avaliada pelo Conselho de Habitação Municipal, juntamente com a equipe responsável pelo Setor de Habitação.

O Plano Municipal de Habitação e Interesse Social de Buenos Aires será revisto a cada 02 (dois) anos de sua execução, podendo ser feito em prazo inferior ao fixado caso seja identificado à necessidade.

10.5.3- Caracterização do SIH:

Esta etapa compreende a atualização sistemática de dados cadastrais sobre os assentamentos precários e informais. As necessárias intervenções a serem feitas para os programas de urbanização de favelas, regularização de áreas públicas municipais, regularização de loteamentos, requalificação de áreas urbanas. É meta de gestão deste Plano aplicar o sistema de priorização, bem como os sistemas de monitoramento e avaliação, para todos os programas que compõem a política municipal de habitação.

Identificando o número de domicílios, situação fundiária, inserção urbana, atendimento por redes de infraestrutura, entre outros. No caso as áreas informais, são registrados dados sobre as condições de segurança (riscos de incêndio e estrutural), existência de unidades sanitárias e infraestrutura, e condições de salubridade da edificação.

10.5.4- Classificação do SIH:

Este primeiro conjunto de dados sobre os assentamentos precários permite classificá-los em quatro tipos:

1. aqueles que se situam totalmente em área imprópria à ocupação, ou que não possuem amparo legal para sua regularização e que, portanto, devem a população deve ser reassentada no primeiro caso, ou aguardar amparo legal para sua regularização no segundo caso.
2. aqueles que se situam em áreas próprias à ocupação e possuem amparo legal para sua regularização e que, portanto, podem integrar os programas de urbanização e regularização de assentamentos.
3. aqueles que já foram urbanizados e que, portanto, devem integrar programas de regularização fundiária.
4. e, finalmente aqueles que já foram urbanizados e regularizados, passando a fazer parte da chamada cidade formal. Neste caso, o cadastro do assentamento permanece no SIH, nesta categoria, porém, deixa de fazer parte da demanda de atendimento dos programas habitacionais, passando a fazer parte da demanda por manutenção de sistemas públicos da Prefeitura e do Estado.

10.5.5- Elegibilidade do SIH:

A partir desta classificação, é possível agrupar aqueles assentamentos que têm características e condições semelhantes para ter atendimento em determinado programa habitacional. Por exemplo, se uma favela é urbanizável e regularizável e Assentamento urbanizado é aquele que conta com 100% de todas as redes de infraestrutura implantada, a saber – redes de água e esgoto, pavimentação, drenagem, iluminação pública e contenção de áreas de risco.

11- CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Estimamos que os desafios a serem vencidos demandem um esforço bem maior do que a estrutura existente (física, organizacional e financeira) pode comportar, mas o anseio de realizar esta transformação social e cultural serve de combustível nesta jornada de busca e de captação de recursos para execução do PMHIS.

Percebemos nas etapas vivenciadas o quão determinante é a questão habitacional para a construção da identidade social de uma família, o que significa moradia digna e o impacto que a existência desta ou não pode influenciar positiva ou negativamente na vida das pessoas.

O resgate social, a diminuição da dívida social e desigualdade entre os munícipes pode realmente mudar “a cara”, a identidade de um povo. Promover espaços favoráveis de crescimento social e cultural.

Também podemos através das etapas percebermos uma maior consciência da população a cerca de seus direitos e do desejo em verdadeiramente exercer a cidadania em sua totalidade, participando ativamente dos processos de planejamento e definição de metas para as reais necessidades do município. A apatia deu lugar à consciência social, ao cidadão sabedor de seus direitos e deveres. Neste aspecto podemos definir Buenos Aires como um município de pessoas humildes, atualizadas e atuantes no cenário político social.

As participações dos segmentos sociais e dos diversos funcionários municipais possibilitaram a execução da etapa mais determinante: o diagnóstico. Esta etapa bem

desenvolvida promoveu importantes reflexões e desenhou um perfil da realidade local, sob a ótica das necessidades habitacionais. Neste contexto, também a equipe de mobilização aprendeu e cresceu muito durante o processo, pois a questão habitacional era resumida apenas a ideia de “dá casa a quem precisa”. Através da pesquisa *in loco*, oficinas e audiência pública perceberam que o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social precisava prevê ações para diferentes públicos, diferentes dificuldades, diferentes localidades, diferentes realidades. Aspectos inicialmente não analisados, mas que foram identificados e enriqueceram não somente o PMHIS, mas e principalmente a toda equipe sob o aspecto da consciência dos problemas locais a nossa volta.

A equipe técnica responsável pela formulação do PMHIS, a equipe de mobilização local, os Secretários Municipais, o Poder Executivo e o Conselho Municipal de Habitação merecem todo o crédito pela seriedade empregada na busca incessante de entender o cenário e traduzir em registro formal cada informação obtida. Desenvolver este trabalho em diferentes linhas de trabalho, dividir tarefas e conhecer de perto cada comunidade, aproximando-se de suas reais necessidades, discutindo com as pessoas as possibilidades, vislumbrando e analisando as ações de possível realização, estudando fontes potenciais de recursos e apoio para concretização dos projetos.

Certamente o PMHIS previsto para uma existência de 10 (dez) anos com avaliações a cada dois anos, será atualizado e transformado à medida que as ações possam ser executadas no ritmo imposto pelo interesse político local, e pelo acompanhamento próximo da população. Também sabemos que em dez anos muitas percepções mudam, o foco muda, a realidade atual se transforma. Isto é ótimo, mas o trabalho agora realizado não se perderá nesta evolução, servirá sempre como base para novos estudos e anseios.

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Buenos Aires agora torna-se oficialmente o registro das necessidades habitacionais dos seus munícipes e com este designo pretende ser embasamento para que a Política Pública Municipal de Habitação ganhe força e forma, construindo uma nova realidade e promovendo um espaço saudável de exercício e vivência plena da cidadania.

12- ANEXOS:

- 12.1- Projeto de Lei que Institui o Plano Municipal de habitação de Interesse Social;
- 12.2- Lei n. 526 de 2009, que Institui o FMHIS e CMHIS;
- 12.3- Portaria n. 375 de 2009, que nomeia os membros do CMHIS;
- 12.4- Plano Descritivo do Diagnóstico Participativo;
- 12.5- Formulário de Pesquisa de Campo do Diagnóstico;
- 12.6- Atas das reuniões:
 - 12.6.1- Reuniões com Conselho e com equipe e elaboração do PMHIS;
- 12.7- Pautas Propostas:
 - 12.7.1- Pauta das Oficinas;
 - 12.7.2 - Pauta da Audiência Pública;
- 12.8- Slides apresentados:
 - 12.8.1- Oficinas de Diagnóstico Participativo;
 - 12.8.2- Audiência Pública Buenos Aires;
- 12.9- Registros fotográficos:
 - 12.9.1- Material de divulgação;
 - 12.9.2- Oficinas do Diagnóstico Participativo;
 - 12.9.3- Audiência Pública;
 - 12.9.4 - Áreas de interesse social para habitação;
 - 12.9.5 - Fotografias de casas de taipa – zona urbana;
 - 12.9.6 – Fotografias de casas de taipa – zona rural.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES
Praça Antônio Gomes de Araújo Pereira, 09

web@buenosaires.pe.br
CNPJ. 10.165.165/0001-77
ESTADO DE PERNAMBUCO
FONE/FAX: 81 3647 1142

LEI N° 526/2009.

Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e institui o Conselho Gestor do FHIS.

O prefeito do Município de Buenos Aires, Estado de Pernambuco, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1° Esta Lei cria o **Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS** e institui o Conselho-Gestor do **FMHIS**.

CAPÍTULO I DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Seção I Objetivos e Fontes

Art. 2° Fica criado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

Art. 3° O FMHIS é constituído por:

I – dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;

II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporadas ao FMHIS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES
Praça Antônio Gomes de Araújo Pereira, 09

CNPJ. 10.165.165/0001-77
ESTADO DE PERNAMBUCO
FONE/FAX: 81 3647 1142

- III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
- IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais e internacionais;
- V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS; e
- VI – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

Seção II Do Conselho-Gestor do FMHIS

Art. 4º O FMHIS será gerido por um Conselho-Gestor.

Art. 5º O Conselho-Gestor é órgão de caráter deliberativo e terá a seguinte composição:

Da Bancada Governamental:

- Representante da Secretaria Municipal de Habitação e Ação Social;
- Representante da Secretaria de Administração;
- Representante da Câmara Municipal de Vereadores.

Da Bancada não Governamental:

- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- Representante do Centro Social Mãe Rainha;
- Representante da Associação de desenvolvimento Comunitário de Buenos Aires.

§ 1º Cada titular do Conselho-Gestor do FMHIS terá um suplente oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2º A Presidência do Conselho-Gestor do FMHIS será exercida pelo Secretário Municipal de Habitação e Assistência Social.

§ 3º O presidente do Conselho-Gestor do FMHIS exercerá o voto de qualidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES
Praça Antônio Gomes de Araújo Pereira, 09

CNPJ. 10.165.165/0001-77
ESTADO DE PERNAMBUCO
FONE/FAX: 81 3647 1142

§4º Competirá a Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social proporcionar ao Conselho-Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

Seção III Das Aplicações dos Recursos do FMHIS

Art. 6º As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

IV – implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho-Gestor do FMHIS.

Parágrafo Único - Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES
Praça Antônio Gomes de Araújo Pereira, 09

CNPJ. 10.165.165/0001-77
ESTADO DE PERNAMBUCO
FONE/FAX: 81 3647 1142

Seção IV Das competências do Conselho-Gestor do FMHIS

Art. 7º Ao Conselho-Gestor do FMHIS compete:

I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal de habitação;

II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;

III – fixar critérios para a priorização de linhas de ações;

IV – deliberar sobre as contas do FMHIS;

V – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;

VI – aprovar seu regimento interno;

§ 1º As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho-Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais.

§ 2º O Conselho-Gestor do FMHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES
Praça Antônio Gomes de Araújo Pereira, 09

CNPJ. 10.165.165/0001-77
ESTADO DE PERNAMBUCO
FONE/FAX: 81 3647 1142

§ 3º O Conselho-Gestor do FMHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 8º Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buenos Aires, em 09 de outubro de 2009.


GISLAN DE ALMEIDA ALENCAR
Prefeito do Município de Buenos Aires



PREFEITURA DE BUENOS AIRES
CNPJ: 10.165.165/0001-77

PORTARIA Nº. 375/2009.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BUENOS AIRES, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei nº 526/09,

RESOLVE:

Art. 1º. - Nomear os membros do Conselho – Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social:

I – Representantes Governamental:

A – Representante da Secretaria Municipal de Habitação e Ação Social:

Gyan Karlos Cavalcante da Cunha (titular) - Presidente
Magaly Tarciana Cadena Cordeiro da Silva (suplente)

B – Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Edivaldo Luiz Pereira de Araújo (titular)
Genessi Agostinho da Silva (suplente)

C – Representante da Câmara Municipal de Vereadores;

Francisco de Assis Souza Bezerra
José Cláudio de Holanda da Silva

II – Representantes não governamental:

A – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Manoel Serafim da Silva (titular)
Maria de Fátima Braga do Nascimento (suplente)

B – Representante do Centro Social Mãe Rainha

Pedro Barbosa de Souza Melancolie (titular)
Maria Joseane Felisberto Pereira (suplente)

C – Representante da Associação de desenvolvimento Comunitário de Buenos Aires;

José Maria de Oliveira Coutinho (titular)
Severino Ramos Oliveira do Nascimento (suplente)

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Buenos Aires, em 30 de dezembro de 2009.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se

GISLAN DE ALMEIDA ALENCAR.

- Prefeito -

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

BUENOS AIRES
2013

1- Introdução

A cidade de Buenos Aires foi criada através da lei estadual nº 4970 de 20 de dezembro de 1963, quando foi elevado à condição de município. O povoamento da área territorial onde se encontra o município, teve início no século XVIII. Por ser região de terras férteis, localizadas na Zona da Mata Seca, intensificou-se o plantio de culturas de subsistência, destacando-se, entre essas, a cana-de-açúcar que motivou a instalação de engenhos para o fabrico de açúcar e aguardente. A localidade conhecida pelo nome de Jacu, passou a ter o topônimo de Buenos Aires, a partir de 1928, quando se tornou vila. Hoje cidade dada a Lei supracitada, tem população de 12.537 habitantes, 93 Km² e seu bioma parte da Mata Atlântica.

Através da Secretaria Municipal de Administração, a Prefeitura Municipal de Buenos Aires, apresenta o Plano Municipal de Habitação, que estabelece a Política Pública de Habitação de Interesse Social para a cidade, no período 2013 a 2023, correspondendo a um decênio.

Elaborado no exercício de 2013, desenvolvido por equipe de planejamento que sintetizou informações de diversas fontes oficiais. Durante a elaboração deste foi constituído o Conselho Municipal de Habitação, que em larga e permanente discussão acompanhou o processo de construção, colaborando com os anseios das classes representadas por este. A decisão em definir o prazo de um decênio, podendo este período ser alterado durante as avaliações do presente, nos biênios seguintes, também deixa claro o intuito de permanente construção do Plano, haja feita que este não seja fechado, concluído. Prevemos que de dois em dois anos, o Conselho Municipal de Habitação, os Poderes: Executivo e Legislativo possam atualizá-lo segundo os desejos populares que por ocasião existam. Assim, o Plano estará sempre atual, e atuante, servindo para o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos projetos atuais e futuros da Política Nacional de Habitação.

Este documento tem como base a Constituição Federal, em seu 6.º artigo, onde nos é estabelecido o direito de todo cidadão brasileiro à moradia digna e define os instrumentos jurídicos a serem obedecidos. Estes de grande importância para estruturação de programas de habitação de interesse social, regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários, destinação de imóveis desocupados, equipamentos de utilidade pública, vias de acesso, saneamento, iluminação e segurança locais.

2- Objetivo Geral

Promover a participação popular na construção do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

3- Objetivos Específicos

- a) Realizar 03 oficinas diagnósticas com as comunidades das áreas: Chã das Mulatas, Lagoa do Oiteiro, Chã de Mautez;
- b) Realizar 01 Audiência Pública com os diversos segmentos sociais da cidade de Buenos Aires;
- c) Pesquisar junto aos órgãos oficiais, os dados necessários para elaboração do PMHIS;
- d) Pesquisar junto a comunidade dados peculiares da região;
- e) Pesquisar junto aos órgãos municipais a situação fundiária dos imóveis, bem como área de interesse social para habitação.

4- Metas

- a) Divulgar a elaboração do PMHIS, em no mínimo 80% dos habitantes de Buenos Aires;
- b) Envolver nas oficinas diagnósticas 100% dos distritos municipais;
- c) Visitar através da Pesquisa de Campo por Amostragem, no mínimo 80% dos domicílios para coleta de dados;
- d) Promover Audiência Pública com participação efetiva da população local.

5- Recursos Envolvidos

5.1- Recursos Humanos

N.	Função	Quantidade
1.	Coordenador Geral	01
2.	Coordenador Técnico	02
3.	Apoio Administrativo	01
4.	Consultor Técnico: Assistente Social	01
5.	Consultor Técnico: Engenheiro	01
6.	Consultor Técnico: Advogado	01
7.	Mobilizador Social *	02
8.	Pesquisador local **	20

5.2- Recursos Materiais

N.	Função	Quantidade
1.	Blusa padronizada	500
2.	Caderno brochura	500
3.	Caneta esferográfica	500
4.	Chamequinho colorido	05
5.	Cola bastão	10
6.	Conjunto de hidrocor	20
7.	Envelope branco	10
8.	Fita dupla face	05
9.	Folha de papel dupla face	10
10.	Folha papel 40	20
11.	Formulários (gráfica)	3.500
12.	Lápis para quadro branco	10
13.	Lápis Pilot	10
14.	Pasta com elástico	500
15.	Pranchetas	80
16.	Resma de papel A4	01

5.3- Recursos Materiais – alimentação

N.	Função	Quantidade
1.	Fatia de bolo	500
2.	Sanduíche de queijo	500
3.	Refrigerante lata	500
4.	Água mineral (20 litros)	05
5.	Copos desc. (água) com 100	10

6.	Copos desc. (café) com 100	10
7.	Guardanapos	20
8.	Café	500
9.	Suco (caixinha)	200
10.	Achocolatado (caixinha)	200

5.4- Recursos Audiovisuais Necessários

N.	Função	Quantidade
1.	Aparelho de som	01
2.	Ar condicionado	01
3.	Birô	02
4.	Cadeiras	50
5.	Datashow	01
6.	Flip Charp	01
7.	Quadro Branco	01
8.	Tesoura	02

7- Considerações Finais

Esclarecemos que a presente proposta inicia um processo dinâmico de construção, não estático, pois as necessidades e peculiaridades locais devem ser levantadas para uma elaboração mais próxima da realidade física e financeira do município.

Assim a estrutura funcional desta poderá ser redefinida se esta não atender a fundamentação a que se propõe.

Para elaboração das oficinas e Audiência Pública serão necessários locais adequados de fácil acesso, e em condições físicas confortáveis para que os participantes possam contribuir com a elaboração do PMHIS.

Também é discutível a composição da equipe de pesquisa de campo, visto que o próprio município pode dispor de pessoal para esta atividade, reduzindo os custos da elaboração do PMHIS.

Concluindo colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos, bem como para discutir em detalhes as etapas necessárias para construção do Plano e de sua importância para vida da população buenos airiense.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES
 PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



FORMULÁRIO DE PESQUISA DIAGNÓSTICA

1- Responsável pelas informações:

Nome:
Endereço:
Estado Civil:
Escolaridade:
Profissão:
Ocupação:
Participação na Renda Familiar:
Idade:
Período em que reside no local:
Participa de algum Programa Social:
Bolsa Família:
PETI:
Projovem Adolescente:
BPC:
BPC na Escola:

2- Composição Familiar:

N.	Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Renda Mensal
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					
7.					
8.					
9.					
10.					

3- Dados do Domicílio:

Situação do Imóvel:							
Próprio		Alugado		Cedido		Com Familiares	

Situação Fundiária:							
Registrada		Invasão		Laudêmio		Escriturada	

Material de construção do imóvel:							
Alvenaria		Taipa		Madeira		Outros	

Localização do imóvel:							
Adequado		Área de risco		Encosta			

Esgotamento Sanitário:							
Fossa		Rede de esgoto		Céu aberto		Outros	

Estrutura do imóvel - Número total de cômodos:							
Quarto		Cozinha		Sala		Banheiro	
Outros:							

4- Dados da Área onde o domicílio está localizado:

Coleta de lixo:							
Diária		Semanal		Quinzenal		Outros	

Abastecimento de água:							
Diário		Semanal		Quinzenal		Outros	

Presença de espaços coletivos de lazer:							
Praças		Parques		Clubes		Outros	

Segurança local:							
Iluminação Adequada		Presença Policial		Outros			

Estrutura Pública de Serviços:							
Pavimentação		Iluminação Pública		Outros			
Rede de esgoto		Acesso terrestre		Transporte			
Escolas		Hospitais ou Postos		Creches			

5- Necessidades da Localidade – da Família:

Pavimentação		Iluminação Pública		Outros	
Rede de esgoto		Acesso terrestre		Transporte	
Escolas		Hospitais ou Postos		Creches	
Posto Policial		Iluminação		Praça	
Parque		Abastecimento de água		Clube	
Coleta de lixo		Coleta seletiva de lixo		CRAS	
Regularização Fundiária				Centro Inc. Digital	
Unidade habitacional		Terreno adequado para novas habitações			
Outros:					

6- Sugestões, Críticas, Opiniões para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social:

Buenos Aires, _____ de _____ de 2013.

Ata da 1ª Reunião do Conselho Gestor Municipal de Habitação e Interesse Social de Buenos Aires e Equipe de Elaboração do PMHIS de Buenos Aires.

Aos quatro dias do mês de janeiro de 2013, reuniram-se no Gabinete do Prefeito de Buenos Aires, localizado à Rua Praça Antônio Gomes Araújo Pereira, 09 – Centro de Buenos Aires, o Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social de Buenos Aires e Equipe de Elaboração do PMHIS de Buenos Aires para reunião preliminar de formulação do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social – PMHIS de Buenos Aires. O Prefeito Gislân de Almeida Alencar iniciou a reunião desejando boas vindas a todos e explicando a finalidade da mesma. Falou da necessidade de se fazer o Plano Habitacional do Município e que se trata, também, de uma exigência do governo federal para receber recursos a serem aplicados na área habitacional. Em seguida, passou a palavra ao Coordenador do PMHIS, José Emeson Albuquerque Campos, que falou sobre a necessidade de existência do Plano, não somente, visando à construção de casas, mas, sobretudo, planejamento do setor habitacional a médio e longo prazo considerando questões de infraestrutura básica, condições físicas e de habitação dos domicílios e da demanda habitacional futura do Município. Apresentou a equipe técnica de elaboração do PMHIS, formada por ele, como coordenador, Márcia Lidiane Alves da Silva Paiva, responsável técnico pela elaboração do Plano, Raquel Veiga, Marilene Rodrigues Pessoa Camara, Márcia Lidiane Alves da Silva Paiva, Magaly Tarciana Cadena Cordeiro da Silva e Sandra Maria das Neves como os técnicos de elaboração do PMHIS. Em seguida, apresentou o Questionário para Levantamento de Dados Habitacionais, fornecido pela Secretaria Municipal de Habitação e Ação Social de Buenos Aires - PE e adaptado pela equipe técnica a fim de proceder ao Diagnóstico Habitacional do Município, deixando os conselheiros e demais presente à vontade para propor alterações ou acrescentar informações diagnósticas que enriquecessem o instrumento. A Secretária Municipal de Saúde, Tereza Cristina de Albuquerque Teobaldo se pronunciou dizendo que a iniciativa de aplicação de um instrumento de coleta de dados tão completo no Município é excelente para atualizar as informações municipais e, de forma mais completa, sugerindo inclusão da faixa de renda dos domicílios entrevistados. O coordenador José Emeson de Albuquerque Campos, solicitou o apoio das Secretarias Municipal de Saneamento/Agricultura, Estradas e Rodovias, Administração, Saúde, Habitação e Ação Social na obtenção de informações com a aplicação do questionário. Em seguida, foi sugerido que o Senhor Luciano José de Araújo de Lima, Secretário Municipal de Habitação e Ação Social, por estar diretamente ligado à área habitacional no Município, coordenasse a equipe de coleta de dados que será formada com o auxílio das duas Secretarias mencionadas, ficando definido, que esta coordenará a equipe de coleta de dados habitacionais. O coordenador enfatizou a importância da atuação assídua do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social, tanto na fase diagnóstica, quanto a de Estratégias de Ação que serão previstas no Plano. Ficou definido, então, que uma vez feito o levantamento habitacional e esses dados estiverem consolidados pela equipe técnica de formulação, será convocada uma Audiência Pública, onde, serão apresentados os dados coletados para toda a população e será colocado em discussão as Estratégias de Ação que deverão compor o Plano, com previsão para a segunda quinzena de fevereiro de 2013. Definiu-se, ainda, que todas as informações referentes ao Plano Municipal de Habitação e Interesse Social – PMHIS de Buenos Aires serão veiculadas no quadro de avisos da Prefeitura e da Câmara Municipal, nos veículos de divulgação rádio e jornal local e, no caso das Audiências Públicas, também haverá veiculação das informações em jornal de

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

alcance regional. Finalizada a reunião e não havendo nada mais a constar eu Márcia Lidiane Alves da Silva Paiva lavro a presente ata que segue por mim assinada e por demais presentes.

Buenos Aires, 04 de janeiro de 2013.

~~Marcia Lidiane Alves da Silva Paiva~~

Margaly Tarucana Cadena Cordeiro da Silva

Edivaldo dos Reis Lima de Nasio

Marcia do Socorro Silva de Souza

Luiziano José de Araujo Lima

Luiza Maria da Silva

Marcelo Augusto de Oliveira

Luciano José de Araujo Lima

Marcia Lidiane Alves da Silva

Ata da 2ª Reunião do Conselho Gestor Municipal de Habitação e Interesse Social de Buenos Aires e Equipe de Elaboração do PMHIS de Buenos Aires.

Aos dez dias do mês de janeiro de 2013, às 9h, reuniram-se no Gabinete do Prefeito de Buenos Aires, localizado à Rua Praça Antônio Gomes Araújo Pereira, 09 – Centro de Buenos Aires, o Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social de Buenos Aires e Equipe de Elaboração do PMHIS de Buenos Aires para reunião de formulação e início da execução do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social – PMHIS de Buenos Aires. Os Coordenadores do PMHIS, José Emeson e Luciano JOSÉ, apresentaram a pauta e as providências mais urgentes a serem tomadas. Pediu que a Sr.^a Raquel Veiga ficasse responsável pela reprodução do Questionário para Levantamento de Dados Habitacionais, para que em articulação com as Secretarias Municipais de Habitação e Ação Social e de Saúde estes sejam aplicados no município. Em face da divisão de tarefas atribuiu a Sra. Márcia Lidiane Alves da Silva Paiva junto a equipe técnica, tomassem a iniciativa da elaboração teórica do Plano, reunindo dados através de pesquisas nos departamentos oficiais da cidade e em órgãos de pesquisa como o IBGE. Os coordenadores fizeram a apresentação das equipes de apoio administrativo e de mobilização social, sendo da primeira equipe: Antônio Barbosa da Silva, Gildo Mariano da Silva, Luiza Maria da Silva, Lúcia Medeiros Souza de Oliveira e Maria Lúcia dos Santos, e na segunda equipe (mobilização social) com os seguintes colaboradores: Edivaldo Luiz Pereira de Araújo, Maria do Carmo Bandeira de M. Honorio, Maria Lúcia de Souza, Maria do Socorro Silva de Souza, Marcelo Alfredo de Oliveira, Rita Braga de Santana e Severino Gomes do Nascimento. Após esta apresentação, o Sr. Luciano relacionou as atribuições de cada equipe e deu alguns encaminhamentos, pediu que fosse agendada a próxima reunião para 30 dias, quando serão avaliados os avanços na coleta de dados para composição do PMHIS. Ao observar o calendário percebeu-se que a data sugerida seria o Domingo de Carnaval, tornando inviável o encontro, assim a data aprovada passou a ser dia 18 de fevereiro, às nove horas, novamente no Gabinete do Prefeito, por se tratar de um local tranquilo, e que com total apoio do Prefeito nos estar disponível. O coordenador José Emeson agradeceu a presença de todos e pediu para que dediquem-se com afinco na busca de resultados efetivos a serem apresentados na próxima reunião. Dando por encerrada a reunião e não havendo nada mais a constar eu Márcia Lidiane Alves da Silva Paiva lavrei a presente ata que segue por mim assinada e por demais presentes.

Buenos Aires, 10 de janeiro de 2013.

Márcia Lidiane Alves da Silva Paiva
Maria Lúcia dos Santos
Maria do Socorro Silva de Souza
Márcia Lidiane Alves da Silva Paiva
Maria Lúcia dos Santos
Maria do Socorro Silva de Souza
Marcelo Alfredo de Oliveira
Rita Braga de Santana
Severino Gomes do Nascimento
Gildo Mariano da Silva
Luiza Maria da Silva
Antônio Barbosa da Silva
Edivaldo Luiz Pereira de Araújo
Maria do Carmo Bandeira de M. Honorio

Ata da 3ª Reunião do Conselho Gestor Municipal de Habitação e Interesse Social de Buenos Aires e Equipe de Elaboração do PMHIS de Buenos Aires.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2013, às 9h, reuniram-se no Gabinete do Prefeito de Buenos Aires, localizado à Rua Praça Antônio Gomes Araújo Pereira, 09 – Centro de Buenos Aires, o Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social de Buenos Aires e Equipe de Elaboração do PMHIS de Buenos Aires para reunião de formulação e início da execução do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social – PMHIS de Buenos Aires. A reunião foi iniciada com a palavra do Coordenador do PMHIS, José Emeson, que pediu que fossem iniciados os relatos das providências tomadas acordadas na reunião anterior, assim a Sra. Raquel Veiga iniciou sua explanação apresentando que enviou o Questionário para Levantamento de Dados Habitacionais para gráfica, e que esta estipulou o prazo de entrega do material até o dia 28 do corrente, em virtude de estar com muitas encomendas para o início do ano letivo nas escolas. A Sra. Magaly explicou que já havia mobilizado as equipes para coleta de dados junto à população e agora aguardava a entrega do material gráfico para iniciar a pesquisa, estabelecendo como prazo para o início da pesquisa em 04 (quatro) de março, contando que a gráfica cumpra o prazo estabelecido. O Coordenador questionou como será a logística que será utilizada para a pesquisa de campo. A Sra. Magali esclareceu que formou 20 equipes com 04 pessoas, estas formadas pela equipe da Secretaria de Assistência Social e pelos ACS, mobilizados pela Sra. Tereza, Secretária Municipal de Saúde. Ainda acrescentou que estas equipes irão trabalhar no horário de 07 às 13h observando-se as áreas de atendimento de todos os ACS – já conhecedores de suas comunidades. A Sra. Magali também esclareceu que colocou a equipe o CRAS como referência para as equipes no tocante a dúvidas e fornecimento de material gráfico para pesquisa. Concluindo afirmou que o prazo previsto para que as equipes cumpram todo o município é de trinta dias, podendo este ser alterado a partir da execução, quando poderemos ter ideia da realidade da pesquisa. A Sra. Márcia Lidiane esclareceu que teve bons resultados com a equipe de pesquisa teórica. Já estão avançando nas diretrizes e princípios que devem nortear o trabalho, mas e principalmente na metodologia, pois já definiram a necessidade de no mínimo 03 oficinas e ao menos 01 audiência pública para que a participação popular possa enriquecer o PMHIS, visto que este deverá contemplar os anseios da população do município de Buenos Aires, e que somente com a participação dos municípios o Plano se identificará com a cidade e com seus moradores. Os coordenadores José Emeson e Luciano José agradeceram a presença de todos e pediu para que os trabalhos iniciados continuem principalmente no tocante ao começo da coleta de dados. Sugerindo que fossem agendadas a próxima reunião de elaboração, as oficinas e audiência pública, onde a equipe decidiu respectivamente para que a próxima reunião seja em 07 de março, no mesmo local e horário, as oficinas: Chã de Mautez em 22/03; Chã das Mulatas 26/03; Lagoa do Oiteiro 28/03 e a Audiência Pública em 03/04 na Câmara dos Vereadores. Os Coordenadores se prontificaram em agendar pessoalmente os eventos junto aos prédios e entidades que deverão participar. Ainda pediram para que cada membro possa registrar ideias sobre material e meios de divulgação, pauta, didática a ser empregada, material de estudo a ser refletido nas oficinas, relação de materiais de papelaria, alimentação, e logística necessários para que os eventos aconteçam de forma organizada e bem produtiva. Além das relações já citadas ele também pediu que fosse elencados as pessoas e entidades que deverão ser convidadas para estes eventos, e que nesta relação possam constar nomes, endereços,

contatos telefônicos para que sejam atingidos pelos os convites. Dando por encerrada a reunião e não havendo nada mais a constar eu Márcia Lidiane Alves da Silva Paiva lavrei a presente ata que segue por mim assinada e por demais presentes.

Buenos Aires, 18 de fevereiro de 2013.

~~Alonso~~ ~~Priscilla~~ ~~Marcia~~ ~~chen~~ ~~Fontes~~
Márcia Lidiane Alves da Silva Paiva
Magaly Tarciana Cidenc Corduro da Silva
Mariana Leidiara
Edmundo Luiz Lima
Guilherme Henrique da Silva
Márcio Augusto de Oliveira
Marcos Aurélio de Souza
José Carlos dos Santos
Antônio Balduino da Silva
Luiz Carlos de Faria Lima
Esteban de Santana
Gilberto Mariano da Silva
Sérgio Gomes do Nascimento

Ata da 5ª Reunião do Conselho Gestor Municipal de Habitação e Interesse Social de Buenos Aires e Equipe de Elaboração do PMHIS de Buenos Aires.

Aos três de abril de 2013, às 9h, reuniram-se no Gabinete do Prefeito de Buenos Aires, localizado à Rua Praça Antônio Gomes Araújo Pereira, 09 – Centro de Buenos Aires, o Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social de Buenos Aires e Equipe de Elaboração do PMHIS de Buenos Aires para reunião de consolidação dos dados da pesquisa de campo e síntese das oficinas e Audiência Pública, onde foram discutidos pontos importantes para composição do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social – PMHIS de Buenos Aires. Iniciando a reunião o Coordenador do PMHIS, José Emeson, agradeceu e parabenizou toda equipe pela grande atuação nos eventos realizados, ressaltando que a união de todos tornou o trabalho muito produtivo e harmonioso. Continuando apresentou todo o material resultante da pesquisa de campo e das reflexões registradas nos eventos. Cada membro ficou com um aspecto do formulário para condensar os dados e começaram a destrinchar cada parte das informações. Este trabalho ficará sendo realizados, todos os dias neste horário e por uma equipe de 04 membros durante os próximos 20 (vinte) dias, ou seja, o grande grupo será reunido em 23 de abril, para que a partir dos dados organizados, a elaboração do PMHIS de Buenos Aires possa começar a ter forma. O coordenador conversou com a equipe questionando a disponibilidade dos membros e a facilidade de cada um em sintetizar informações, após tal bate papo foi definida a equipe de consolidação encabeçada pela Sra. Márcia Lidiane que terá a responsabilidade de organizar os dados para próxima reunião. Ficando tudo acertado o coordenador José Emeson agradeceu a presença de todos e pediu para que tanto os membros que trabalharão na consolidação como os demais a encarar esta etapa como crucial para coroação de todos os esforços. Assim deu por encerrada a reunião e não havendo nada mais a constar eu Márcia Lidiane Alves da Silva Paiva lavrei a presente ata que segue por mim assinada e por demais presentes.

Buenos Aires, 03 de abril de 2013.

Marcia Lidiane Alves da Silva Paiva
Edivaldo Luiz Alves
Marcia Lidiane
Juliana Maria da Silva
Marcelo Alfredo de Oliveira
Denise Garcia
Barbara da Silva
Maria do Socorro Silva
Luciano José de Araújo Lima
Estanislau de Sant'Anna
Guilherme de Silva
Severino Gomes do Nascimento

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES



DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

OFICINA DE GRUPO

Data: 22/03/2013

Local: Chã de Mautez

Horário: 9h

PAUTA PROPOSTA

- 1- Apresentação da equipe
- 2- Leitura para deleite: “Construção da casa”-
- 3- Dinâmica de Apresentação do Conteúdo – Planejamento
 - Divisão dos grupos de acordo com as cores das folhas distribuídas na leitura para deleite;
 - Comando para cada grupo – para desenho e recorte das partes do corpo humano;
 - Apresentação dos grupos da conclusão da atividade;
 - Após a exposição dos desenhos, relação da atividade com a proposta diagnóstica;
- 4- Apresentação de slides – Conteúdo envolvido;
- 5- Pausa para Lanche;
- 6- Atividade de debate em grupo – com alguns questionamentos- direcionando o tema para discussão;
- 7- Apresentação das conclusões em cartaz, registrando a definição do grupo para o Plano;
- 8- Exposição da síntese das opiniões – para aprovação do grupo.
- 9- Agradecimentos e encerramento da oficina com assinatura da ata de participação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO



OFICINA DE GRUPO

Data: 26/03/2013

Local: Chã das Mulatas z

Horário: 9h

PAUTA PROPOSTA

- 1- Apresentação da equipe
- 2- Leitura para deleite: “Construção da casa”-
- 3- Dinâmica de Apresentação do Conteúdo – Planejamento
 - Divisão dos grupos de acordo com as cores das folhas distribuídas na leitura para deleite;
 - Comando para cada grupo – para desenho e recorte das partes do corpo humano;
 - Apresentação dos grupos da conclusão da atividade;
 - Após a exposição dos desenhos, relação da atividade com a proposta diagnóstica;
- 4- Apresentação de slides – Conteúdo envolvido;
- 5- Pausa para Lanche;
- 6- Atividade de debate em grupo – com alguns questionamentos- direcionando o tema para discussão;
- 7- Apresentação das conclusões em cartaz, registrando a definição do grupo para o Plano;
- 8- Exposição da síntese das opiniões – para aprovação do grupo.
- 9- Agradecimentos e encerramento da oficina com assinatura da ata de participação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES



DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

OFICINA DE GRUPO

Data: 28/03/2013

Local: Lagoa do Oiteiro

Horário: 9h

PAUTA PROPOSTA

- 1- Apresentação da equipe
- 2- Leitura para deleite: "Construção da casa"-
- 3- Dinâmica de Apresentação do Conteúdo – Planejamento
 - Divisão dos grupos de acordo com as cores das folhas distribuídas na leitura para deleite;
 - Comando para cada grupo – para desenho e recorte das partes do corpo humano;
 - Apresentação dos grupos da conclusão da atividade;
 - Após a exposição dos desenhos, relação da atividade com a proposta diagnóstica;
- 4- Apresentação de slides – Conteúdo envolvido;
- 5- Pausa para Lanche;
- 6- Atividade de debate em grupo – com alguns questionamentos- direcionando o tema para discussão;
- 7- Apresentação das conclusões em cartaz, registrando a definição do grupo para o Plano;
- 8- Exposição da síntese das opiniões – para aprovação do grupo.
- 9- Agradecimentos e encerramento da oficina com assinatura da ata de participação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES

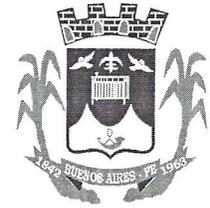
DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data: 03/04/2013

Local: Câmara dos Vereadores

Horário: 19h



PAUTA PROPOSTA

- 1- Apresentação da equipe
 - Coordenadores;
 - Equipe de Técnicos:
 - Assistente Social;
 - Engenheira;
 - Advogadas;
 - Pedagoga;
 - Apoio Administrativo;
 - Mobilizadores Sociais.
- 2- Leitura para deleite: "Construção da casa"-
- 3- Apresentação de slides – Conteúdo envolvido;
- 4- Exposição da síntese das opiniões – aprovadas nos grupos das oficinas.
- 5- Agradecimentos e encerramento da audiência pública, com a fala das autoridades presentes e assinatura da ata de participação.

OFICINA DE MOBILIZAÇÃO

Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
Buenos Aires/PE

PROGRAMAÇÃO

- o Abertura
- o Composição da Mesa
- o Execução do Hino Nacional
- o Palavras das autoridades – componentes da mesa
- o Desfazimento da mesa
- o Acordos de convivência
- o Explanção sobre o Plano Municipal de Interesse Social – PMHIS
- o Trabalho em grupo
- o Apresentação dos grupos
- o Encerramento

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PMHIS

APRESENTAÇÃO

- O que é o PMHIS?
- Qual a importância do PMHIS para Buenos Aires?
- Qual público alvo do Plano?
- Quais etapas serão vivenciadas para elaboração do Plano?
- Qual a importância da participação popular na elaboração do Plano?

POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

o “Propiciar o acesso à terra e à moradia no contexto urbano, incluindo infraestrutura básica, serviços unitários e equipamentos, buscando a integração com as demais políticas públicas”

POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- o SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
- o FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
- o PNHIS – Plano Nacional de Habitação de Interesse Social
- o PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
- o FMHIS – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- o PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
- o FMHIS – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
- o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social
- o Gestão Administrativa

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE
INTERESSE SOCIAL – PMHIS

FUNDAMENTAÇÃO

- o Elaborado com base nos fundamentos técnicos do Programa “Habitação de Interesse Social”
- o Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Habitação

FINANCIADO

- o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE
INTERESSE SOCIAL EM BUENOS AIRES/PE

- o Início em 04/01/2013 Término 15/05/2013

Etapas

Prazos

- | | |
|-----------------------------|------------|
| o Metodologia | 28/02/2013 |
| o Diagnóstico | 31/03/2013 |
| o Elaboração do PMHIS | 23/04/2013 |
| o Apresentação do Documento | 15/05/2013 |

PARTICIPAÇÃO POPULAR

METODOLOGIA

- o 03 Oficinas de mobilização e participação popular com a participação do Poder Público, empresas e sociedade civil
- o 01 audiência pública para apresentação do PMHIS

ENCAMINHAMENTOS

- o Definição de Eixos Temáticos;
- o Reuniões com o CMHIS e equipe de colaboradores para elaboração do PMHIS

EIXOS TEMÁTICOS

- o Questão Fundiária
- o Desenvolvimento Socioeconômico
- o Déficit Habitacional
- o Desenvolvimento Institucional

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Estratégia

- o Trabalho no grupo de elaboração institucional
- o Audiência Pública
- o Apresentação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social



MAXIMUM PROJETOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
Buenos Aires/PE

PROGRAMAÇÃO

- o Abertura
- o Composição da Mesa
- o Execução do Hino Nacional
- o Palavras das autoridades – componentes da mesa
- o Explanação sobre o Plano Municipal de Interesse Social – PMHIS
- o Tribuna livre para os presentes
- o Encerramento

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PMHIS

APRESENTAÇÃO

- O que é o PMHIS?
- Qual a importância do PMHIS para Buenos Aires?
- Qual público alvo do Plano?
- Quais etapas foram vivenciadas para elaboração do Plano?
- Qual a importância da participação popular na elaboração do Plano?

POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

- o “Propiciar o acesso à terra e à moradia no contexto urbano, incluindo infraestrutura básica, serviços unitários e equipamentos, buscando a integração com as demais políticas públicas”

POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- o SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
- o FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
- o PNHIS – Plano Nacional de Habitação de Interesse Social
- o PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
- o FMHIS – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- o PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
- o FMHIS – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
- o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social
- o Gestão Administrativa

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE
INTERESSE SOCIAL – PMHIS

FUNDAMENTAÇÃO

- o Elaborado com base nos fundamentos técnicos do Programa “Habitação de Interesse Social”
- o Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Habitação

FINANCIADO

- o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE
INTERESSE SOCIAL EM BUENOS AIRES/PE

o Início em 04/01/2013 Término 15/05/2013

Etapas

Etapas	Prazos
o Metodologia	28/02/2013
o Diagnóstico	31/03/2013
o Elaboração do PMHIS	23/04/2013
o Apresentação do Documento	15/05/2013

EIXOS TEMÁTICOS

- o Questão Fundiária
- o Desenvolvimento Socioeconômico
- o Déficit Habitacional
- o Desenvolvimento Institucional



MAXIMUM PROJETOS

- MATERIAL DE DIVULGAÇÃO:

FAIXA INFORMATIVA DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PMHIS

Participe da elaboração do Plano de Habitação de nossa cidade!

Prefeitura Municipal de Buenos Aires



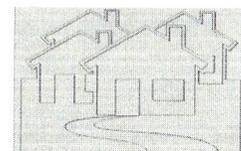
FAIXA DE DIVULGAÇÃO DA PESQUISA DIAGNÓSTICA PARA O PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PMHIS

**Participe da elaboração do Plano de Habitação de nossa cidade!
Colabore, receba o pesquisador e responda o formulário!**

Prefeitura Municipal de Buenos Aires



FAIXA DE DIVULGAÇÃO DAS TRÊS OFICINAS PARTICIPATIVAS



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PMHIS

Participe da elaboração do Plano de Habitação de nossa cidade!

OFICINA PARTICIPATIVA

Local: _____

Data: ____ / ____ / ____

Horário: _____



Prefeitura Municipal de Buenos Aires

FAIXA DE DIVULGAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA



PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PMHIS

Participe da elaboração do Plano de Habitação de nossa cidade!

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Local: _____

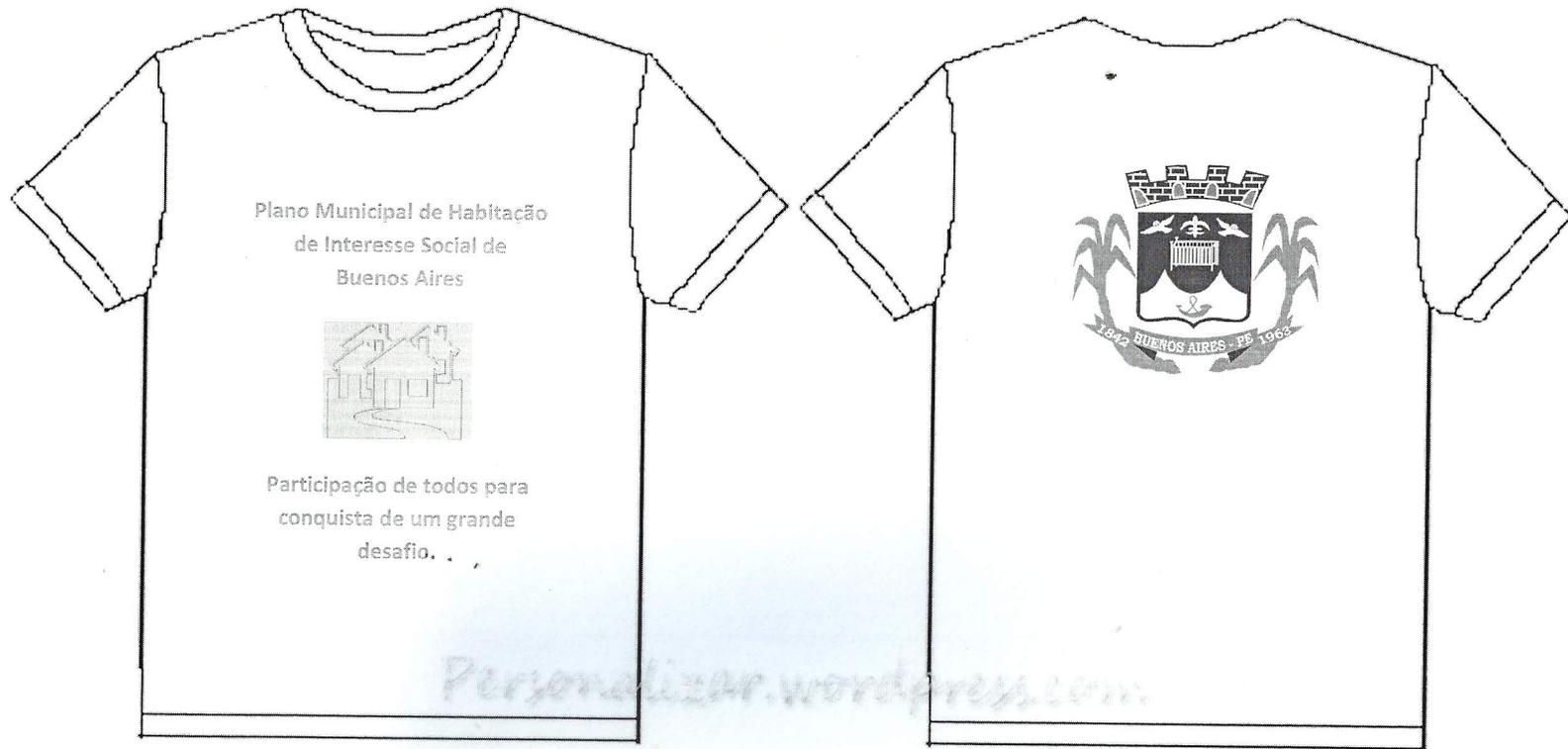
Data: ____ / ____ / ____

Horário: _____



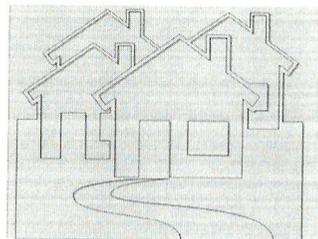
Prefeitura Municipal de Buenos Aires

Camisas para divulgação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social



Cartazes para divulgação da elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

**Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
de Buenos Aires**



Participação de todos para conquista de um grande desafio.

Programação

- Oficinas Participativas:

* Chã de Mautez: 22/03/13

* Chã das Mulatas: 26/03/13

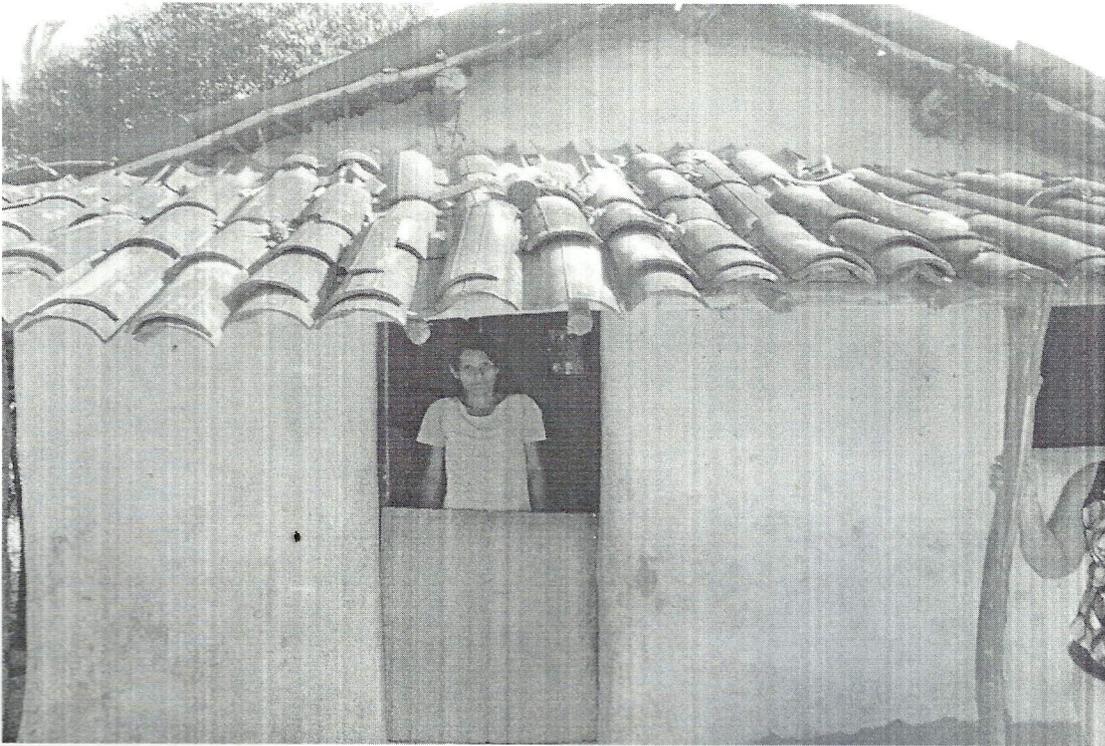
* Lagoa do Oiteiro: 28/03/13

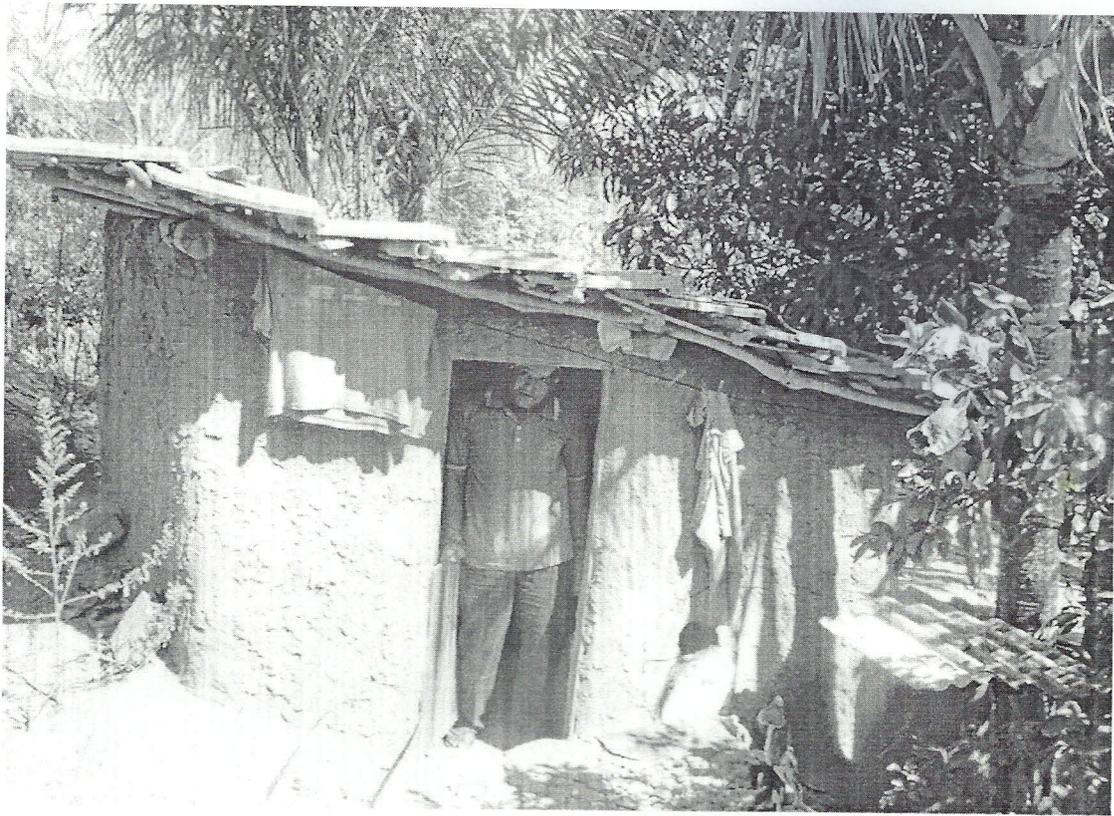
- Audiência Pública: 03/04/13

Prefeitura Municipal de Buenos Aires



FOTOGRAFIAS DO DIAGNÓSTICO
ZONA RURAL DE BUENOS AIRES







Fotografias do Diagnóstico
Zona Urbana de Buenos Aires

